

Reunião foi verdadeiro show de horrores

Vídeo prova Moro: Bolsonaro tentava interferir na PF

HORA DO POVO
ANO XXX - Nº 3.758 27 de Maio a 2 de Junho de 2020



Mensagem antes da reunião impôs a saída de Valeixo

O vídeo da reunião ministerial do dia 22 de abril deixou claro o crime praticado. “Pô, eu tenho a PF que não me dá informações. Eu não vou esperar foder a minha família toda, de sacanagem, ou amigos meu, porque eu não posso trocar alguém da

segurança na ponta da linha que pertence a estrutura nossa. Se não puder trocar, troca o chefe dele! Não pode trocar o chefe dele? Troca o ministro! E ponto final!”, disse Bolsonaro na reunião, olhando para o então ministro da Justiça Sérgio Moro. Tudo regado a palavras e ameaças. **Pág. 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Moreira Mariz - A. Senado



Líder do governo no Senado quer a demissão de Weintraub

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), defendeu no sábado (23) a demissão do ministro da Educação, Abraham Weintraub. O ministro de Educação de Bolsonaro afrontou os ministros do STF na reunião ministerial do dia 22 de abril: “Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia, começando no STF”. **Página 3**

Sebrae: crédito à pequena empresa saiu só para 14%

Segundo pesquisa do Sebrae, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, “86% dos empreendedores que buscaram tiveram o empréstimo negado ou ainda têm seus pedidos em análise”. **Pág. 2**

Para Moro, a interferência ilegal visou proteger familiares e amigos

Mídia social - Reprodução



Fracassa ato de Bolsonaro após vídeo comprometedor

Mais uma manifestação esvaziada, estimulada por Jair Bolsonaro, ocorreu em Brasília no domingo (24) para atacar os integrantes

do Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-ministro Sérgio Moro e a imprensa. A imagem acima foi feita pelo próprio

helicóptero da Presidência e transmitido por Bolsonaro. A convocação foi feita em massa pelo “escritório do ódio”, para que fosse dada uma demons-

tração de que a divulgação das baixarias da reunião ministerial teria ajudado a imagem de Bolsonaro. Parece que não convenceu. **Página 3**

Em entrevista no domingo (24) à Poliana Abritta, do Fantástico, o ex-ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro, afirmou que “houve uma interferência política do presidente da República na Polícia Federal, tanto na direção-geral como também na superintendência do Rio de Janeiro”. “Entendi, pela relevância do assunto, que era minha obrigação revelar a verdade por trás da minha saída”, afirmou. Moro destacou que cabe à PGR e à Polícia Federal avaliar se houve crime por parte do presidente da República. “Na minha parte, não me cabe emitir opinião específica a esse respeito”, disse. **Pág. 3**

Dino: “Reunião expôs repertório inacreditável de crimes graves”

Para o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), o vídeo da reunião revela crimes graves. Ele enumerou os maiores: “1. Confirma a delação de Sérgio Moro; 2. Contém diversos crimes contra a honra; 3. Revela planos de “armar a população” para fins políticos; 4. Mostra inequívocos impulsos despóticos”. **P. 3**

Complemento social chegou apenas a 22,5% dos afastados

Segundo dados do governo federal, 8 milhões de trabalhadores foram afetados pelas regras estabelecidas na MP 936, que levou à suspensão de contratos de trabalho e redução de jornada. Porém, segundo a Caixa, apenas 1,8 milhão de pessoas que tiveram os seus contratos alterados receberam até agora o previsto em lei. **P. 5**



Wilson Dias - ABr

“Tem que vender essa porra logo”, diz Guedes sobre o BB

“O senhor já notou que o BNDES e a Caixa, que são nossos, públicos, a gente faz o que a gente quer. Ban-

co do Brasil, a gente não consegue fazer nada (...) tem que vender essa porra logo”, disse Guedes. **P. 2**

Cloroquina é nociva para quem está com Covid-19

'Tem que vender essa porra logo', diz Guedes sobre o BB na reunião



É um caso pronto de privatização, declarou Guedes na reunião ministerial

'É fundamental acelerar a ajuda a estados e municípios', afirma André Horta do Comsefaz

"A preocupação é atender o mais rápido possível as necessidades da população"

O diretor institucional do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz) e ex-secretário de Tributação do Rio Grande do Norte, André Horta Melo, afirmou em entrevista à Hora do Povo, que para os estados não faz sentido o questionamento, por parte do governo federal, de como os estados irão pagar as parcelas da dívida com a União.

Horta destaca que o mais importante para os entes federados, neste momento, é que o governo libere os valores do auxílio aos estados e municípios. A medida foi aprovada pelo Senado Federal no dia 6 de maio e aguarda pela sanção presidencial, para que eles possam enfrentar a crise causada pela Covid-19 com a queda na arrecadação.

Segundo André Horta Melo, "a forma que se pagará [essas parcelas] será a forma que os estados acordarem com a União, e o que a União acordar com os estados, pois o que importa agora não é isto. O que importa é conceder aos estados e municípios, de forma mais abrangente possível, os meios e recursos materiais para eles enfrentarem a crise, uma das piores crises que nós já vivemos", disse.

O Projeto de Lei (PLP 39/2020) que cria o Programa de Enfrentamento da Crise da Covid-19, está disponível para sanção do presidente desde o último dia 7 de maio.

Na última quinta-feira (12), o Ministério da Economia divulgou três notas técnicas pedindo ao presidente que vetasse o parágrafo sexto e o artigo 4º do PLP 39/2020, que proíbem o Tesouro Nacional de executar garantias e contragarantias das dívidas decorrentes dos contratos de operações de crédito interno e externo, celebradas com o sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito, desde que a renegociação tenha sido inviabilizada pela instituição credora.

O PLP 39/2020 destina R\$ 60 bilhões aos estados e municípios para compensação de perdas de receita e ações de prevenção e combate ao novo coronavírus. O pacote de ajuda aos entes federativos também prevê repasses de R\$ 49 bilhões,



Horta é diretor institucional do Comsefaz

através da suspensão e renegociação de dívidas com a União e com bancos públicos, e outros R\$ 10,6 bilhões pela renegociação de empréstimos com organismos internacionais, que têm aval da União.

Segundo o governo, não está claro no texto aprovado pelo Congresso como os estados e municípios vão pagar à União caso ela tenha que socorrê-los nos empréstimos a bancos nacionais e organismos internacionais. A Nota Informativa SEI nº 11354/2020/ME diz também que "o dispositivo pode ter impacto ainda mais negativo por não estabelecer a forma de recuperação dos valores que a União terá que eventualmente honrar em 2020".

No dia posterior à nota do Ministério da Economia, os 27 secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal assinaram uma carta que foi enviada à Presidência da República, em que pediam a sanção do Projeto de Lei (PLP 39/2020), que cria o Programa de Enfrentamento da Crise da Covid-19, afirmando que "há urgência para salvar vidas, para que possamos executar a assistência estatal com a responsabilidade e dignidade que os cidadãos exigem dos estados".

"No entender dos estados este assunto [da dívida] é periférico. Isto é uma tecnicidade completamente superável, até porque quem faz o maior faz o menor, e o governo vai fazer transferências diretas aos estados e municípios que não vão nem ser pagas; e esses empréstimos que estão suspensos, é claro que serão quitados com a União",

disse Horta.

"A forma como pagar, se vai se dissolver nas parcelas existentes, se vai aumentar o número de parcelas do financiamento, isto não importa. O único assunto hoje – que os estados já expressaram na carta à Presidência da República – foi a necessidade de acelerar a sanção, para que essa ajuda e as ações dos estados sejam o mais rápidas possível. A preocupação é atender o mais rápido possível essas necessidades da população", destacou.

Questionado sobre a situação financeira dos estados e se há riscos de nos próximos dias os sistemas públicos estaduais entrarem em colapso, Horta Melo afirmou:

"Nos próximos dias, não. Mas em um mês, ou em um mês e meio, sim. Há a possibilidade de colapsar diversos serviços, porque como os recursos são insuficientes, os estados vão começar a escolher o que irá funcionar. Então, é claro que é fundamental que esse auxílio saia; mas também não é só isto, também é fundamental que ele seja complementado".

"Vários estados terão dificuldades para manter suas contas. Então, primeiro tem que sair logo esse auxílio que foi aprovado e que só falta sancionar. Depois nós precisamos ver o comportamento, agora em maio, como é que a gente irá fechar maio, para podermos fechar as contas para o complemento deste auxílio. Tanto os estados como os municípios estão dizendo a mesma coisa, que é preciso complementar o auxílio".

ANTÔNIO ROSA

"Confessa seu sonho", disse Paulo Guedes dirigindo-se ao presidente do Banco do Brasil, sendo interrompido por Bolsonaro: "deixa para depois, só em 2023 você confessa, agora não"

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender a privatização do Banco do Brasil na reunião ministerial do dia 22 de abril, divulgada em vídeo, após decisão do ministro Celso de Melo do Supremo Tribunal Federal (STF), na sexta-feira (22), de retirar o sigilo da gravação que faz parte da investigação acerca da acusação feita pelo ex-ministro Sérgio Moro de que Jair Bolsonaro queria interferir politicamente na Polícia Federal para proteger sua família.

Sob risos de Jair Bolsonaro, Guedes afirmou que "o Banco do Brasil é um caso pronto de privatização" e que "tem que vender essa porra logo".

Rubem Novaes, escalado por Guedes para presidir o Banco do Brasil, foi provocado pelo ministro da Economia para "confessar o seu sonho" de privatizar o banco. Interrompendo, Bolsonaro disse para ele confessar depois, em 2023.

A declaração de Guedes vazou no dia 15 e recebeu o repúdio dos servidores do Banco do Brasil, através da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, agora confirmada pelo vídeo.

Veja trechos do diálogo entre Guedes, Bolsonaro e Rubem Novaes sobre a privatização do Banco do Brasil.

Paulo Guedes: É um caso pronto e a gente não tá dando esse passo. Senhor

Jair Bolsonaro: Faz assim: só em 23 cê confessa, agora não.

Rubem: Em relação (risos) à privatização, eu acho que fica claro que com o BNDES cuidando do desenvolvimento e com a Caixa cuidando do fim ... da área social, o Banco do Brasil estará ... estaria pronto ... para um programa de privatização, né?

Paulo Guedes: Mas só confessa o seu sonho.

Rubem: Hein?

Paulo Guedes: Confessa o sonho.

Jair Bolsonaro: Deixa pra depois, confessa não.

Rubem: Agora ...

Paulo Guedes: Confessa o seu sonho.

Rubem: Em relação a privatização ...

Jair Bolsonaro: Faz assim: só em 23 cê confessa, agora não.

Rubem: Em relação (risos) à privatização, eu acho que fica claro que com o BNDES cuidando do desenvolvimento e com a Caixa cuidando do fim ... da área social, o Banco do Brasil estará ... estaria pronto ... para um programa de privatização, né?

Paulo Guedes: Mas só confessa o seu sonho.

Rubem: Hein?

Paulo Guedes: Confessa o sonho.

Jair Bolsonaro: Deixa pra depois, confessa não.

Rubem: Agora ...

Paulo Guedes: Confessa o seu sonho.

Rubem: Em relação a privatização ...

Jair Bolsonaro: Faz assim: só em 23 cê confessa, agora não.

Rubem: Em relação (risos) à privatização, eu acho que fica claro que com o BNDES cuidando do desenvolvimento e com a Caixa cuidando do fim ... da área social, o Banco do Brasil estará ... estaria pronto ... para um programa de privatização, né?

Paulo Guedes: Mas só confessa o seu sonho.



Aroldi: situação dos municípios é dramática

Presidente da CNM pede sanção imediata do auxílio emergencial aos entes federados

"É preciso que o presidente sancione o auxílio aos estados e municípios esta semana, porque se não, muitos municípios do Brasil irão atrasar a folha de pagamento do mês de maio", alertou o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Gladimir Aroldi, em entrevista à Hora do Povo.

Para o dirigente da CNM, que encaminhou ao presidente o pedido de sanção do auxílio a estados e municípios, é urgente que esses recursos cheguem aos municípios para o atendimento à população que estão em dificuldade, "especialmente, a população menos favorecida economicamente, que mais precisa".

"Se o presidente não sancionar o auxílio de ajuda aos estados e municípios nesta semana, a primeira parcela deste recurso não irá chegar para os prefeitos no mês de maio, porque o banco e a Receita Federal têm que compilar todos estes valores, individualizar por municípios e por estados, e para fazer isto eles precisam no mínimo de 7 a 8 dias. Nós precisamos destes recursos ainda no mês de maio, se não muitos municípios irão atrasar a folha de pagamento, porque a arrecadação neste mês, em comparação com maio do ano passado, poderá bater em 30% de queda", disse.

Segundo o presidente da Confederação, "a situação é muito difícil". "No Rio Grande do Sul, o ICMS caiu em torno de 25%, a cota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), repassada no dia 10 de maio, caiu 34%, em comparação com a mesma cota do ano passado, e a queda do ISS em São Paulo deve estar entorno de 50%. O ITBI, que é o imposto sobre a transmissão de bens imóveis, também caiu, e o IPTU – que muitos municípios se programam para receber em maio – também caiu porque as pessoas não estão conseguindo pagar. Então, há uma queda significativa de receita".

O Projeto de Lei (PLP 39/2020) que cria o Programa de Enfrentamento da Crise da Covid-19, está disponível para sanção do presidente desde o último dia 7 de maio. Ele destina R\$ 60 bilhões aos estados e municípios para compensação de perdas de receita e ações de prevenção e combate ao novo coronavírus para compensar as perdas de arrecadação de ICMS (estados) e ISS (municípios), após as medidas de quarentena necessárias para conter o avanço do coronavírus.

A União repassará os R\$ 60 bilhões aos entes federados, em quatro parcelas mensais, sendo R\$ 10 bilhões exclusivamente para ações de saúde e assistência social e R\$ 50 bilhões para uso livre. Dos R\$ 10 bilhões, 7 bilhões são para os estados e R\$ 3 bilhões para os municípios. Dos outros 50 bilhões, R\$ 30 bilhões são destinados para os Estados e o restante para os municípios.

Veja a entrevista na íntegra no site do HP: <https://horadopovo.com.br/presidente-da-cnm-cobra-sancao-imediata-da-ajuda-a-estados-e-municipios/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
 é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
 Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
 Liberdade - CEP: 01509-001
 São Paulo - SP
 E-mail: horadopovo@uol.com.br
 C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
 Redação: fone (11) 2307-4112
 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
 E-mail: comercial@horadopovo.com.br
 E-mail: hp.comercial@uol.com.br
 Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Novas mensagens desmentem Bolsonaro e confirmam Moro



Senador Fernando Bezerra (MDB-PE)

Líder do governo no Senado quer demissão de Abraham Weintraub

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), defendeu no sábado (23) a demissão do ministro da Educação, Abraham Weintraub.

O ministro de Educação de Bolsonaro afrontou os ministros do STF na reunião ministerial do dia 22 de abril: “Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia, começando no STF”.

Em entrevista à TV Globo, ao ser questionado se demitiria o ministro caso fosse presidente da República, o senador Fernando Bezerra foi direto: “Sim, demitiria”. Na avaliação do líder do governo, os comentários de Abraham Weintraub foram o pior momento da reunião ministerial que antecedeu a saída do ministro Sérgio Moro do governo.

Moro deixou o governo no dia 24 de abril, dois dias após a citada reunião, denunciando que Jair Bolsonaro fez pressão para interferir politicamente na Polícia Federal com o objetivo de controlar investigações feitas pela corporação envolvendo seus familiares e amigos. Assim que Moro deixou o governo, Bolsonaro trocou superintendente da PF no Rio de Janeiro.

Fernando Bezerra revelou ter comentado com o presidente Jair Bolsonaro o conteúdo das declarações de Weintraub. Disse ao presidente que achou totalmente inapropriados os comentários do ministro da Educação. Bolsonaro fez vários elogios à fala do seu ministro da Educação na reunião. E neste domingo, o presidente participou novamente de manifestação com faixas contra o Congresso, a imprensa e o STF.

Os senadores Kátia Abreu (PP-TO) e Tasso Jereissati (PSDB-CE), que também participaram do programa GloboNews Debate, foram na mesma linha do líder do governo. Criticaram duramente a fala de Weintraub.

Tasso disse que demitiria o ministro, e Kátia Abreu, que jamais o nomearia para comandar a pasta da Educação.

Além de Weintraub, Bolsonaro também defendeu a interferência indevida na Polícia Federal e o armamento para a guerra contra “prefeitos ditadores”.



Marcos Corrêa/PR

A reunião do dia 22 de abril em Bolsonaro disse que ia interferir nos ministérios

OAB pede para investigar o “sistema particular de informações” de Bolsonaro

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, afirmou que a confissão de Bolsonaro, durante reunião com os ministros, de que ele tem um “sistema particular de informações” deve ser investigada.

“Não existe, legalmente, um sistema particular de informação a presidente da república, sobre investigações de polícias civil e federal”, disse o advogado.

“Se a milícia foi promovida a um escritório estruturado de vazamentos, interferências e proteções, esta confissão precisa ser investigada”.

No vídeo da reunião com seus ministros realizada no dia 22 de abril, e divulgado na sexta-feira

(22) por decisão do STF, Jair Bolsonaro disse que tem um sistema próprio de informações.

Ele reclamou que não recebe informações da Polícia Federal e que as informações da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) são poucas. Não é função da PF passar informações para o presidente da República.

“Sistemas de informações: o meu funciona. O meu particular funciona. Os oficiais... que tem oficialmente, desinforma. Eu tenho as... as inteligências das Forças Armadas que não tenho informações. ABIN tem os seus problemas, tenho algumas informações. Só não tenho mais porque tá faltando, realmente, temos problemas, pô!”

Aparelhamento etc. Mas a gente num pode viver sem informação”, disse Bolsonaro na reunião.

“Eu não posso ser surpreendido com notícias. Pô, eu tenho a PF que não me dá informações”, continuou.

A gravação foi tornada pública na sexta-feira (21) pelo ministro Celso de Mello, do STF. Ela faz parte da investigação sobre as tentativas de Jair Bolsonaro de interferir politicamente na Polícia Federal.

Sérgio Moro, quando anunciou sua saída do governo, disse que Jair Bolsonaro ameaçou demiti-lo caso não conseguisse trocar o superintendente da PF no Rio de Janeiro. A gravação prova que Moro estava falando a verdade.

Para Moro, interferência ilegal na PF visou proteger amigos e familiares

“Houve uma interferência política do presidente da República na Polícia Federal, tanto na direção-geral como também na superintendência do Rio de Janeiro”, disse o ex-ministro

Em entrevista no domingo (24) a Poliana Abritta, do Fantástico, o ex-ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro, afirmou que “houve uma interferência política do presidente da República na Polícia Federal, tanto na direção-geral como também na superintendência do Rio de Janeiro”.

“Entendi, pela relevância do assunto, que era minha obrigação revelar a verdade por trás da minha saída”, afirmou. Moro destacou que cabe à PGR e à Polícia Federal avaliar se houve crime por parte do presidente da República. “Na minha parte, não me cabe emitir opinião específica a esse respeito”, disse. O ex-ministro apresentou provas da interferência de Jair Bolsonaro com o objetivo de controlar investigações conduzidas pela PF que poderiam atingir seus familiares e amigos. Uma delas mostra Bolsonaro dizendo a Moro

que a “perseguição” da PF contra deputados bolsonaristas era “mais um motivo para a troca”.

Além das provas que Moro já havia apresentado, vieram à tona esta semana mensagens mais comprometedoras ainda contra Bolsonaro. Poucas horas antes da reunião ministerial de 22 de abril, Bolsonaro comunicou ao ex-ministro Sérgio Moro que o ex-diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, iria ser demitido.

O comunicado consta de novas mensagens divulgadas trocadas entre Bolsonaro e o ex-ministro Sérgio Moro. Elas reforçam mais ainda a interferência de Bolsonaro na PF que Moro denunciou. Num texto enviado às 6h26 daquela quarta-feira, Bolsonaro escreveu: “Moro, o Valeixo sai nessa semana”, afirmou. “Isto está decidido”.

Moro confirmou as mensagens na entrevista. “Ele mandou essas mensagens, de fato, no

dia 22, dizendo: olha, vai trocar de qualquer jeito. Você escolhe apenas a forma. Isso demonstra que essa argumentação de que não havia desejo de interferência na Polícia Federal não é propriamente correto”, disse o ex-ministro. “Esse vídeo é mais um dos elementos de prova. Nós tivemos a reunião ministerial, na qual novamente ele externou essa situação de que ele queria trocar, intervir, porque os serviços de inteligência não funcionavam, ele precisava trocar. E ele ali, me parece claro, até pelo gestual que ele realiza, que ele se refere a mim. Ele fala da Polícia Federal. Agora, eu não ia discutir isso no âmbito de uma reunião ministerial. Até porque ali o ambiente não era um ambiente muito favorável ao contraditório”, observou Moro.

Texto na íntegra no site www.horadopovo.com.br

Hildegard: boa chapa para presidente seria Doria e Dino

A jornalista Hildegard Angel escreveu que os governadores de São Paulo, João Doria (PSDB), e do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), estão “se posicionando muito bem nesse momento trágico da pandemia” e que os dois formariam uma boa chapa na disputa presidencial de 2022.

“Não estranharei se a chapa for DD, Doria-Dino. Além de admirar Dino, Doria, que é o noivo da política, também aprende com o cardeal Dino”, comentou no Twitter a colunista.

Para ela, “o bom senso distingue os governantes em hora de crise”. Hildegard disse ainda que os pronunciamentos de João Doria “transmitem confiança ao povo de São Paulo”.

Hildegard, que foi colunista do O Globo e do Jornal do Brasil, comentou que os “olhos de João Doria brilham quando ele escuta Flávio Dino,

que agora diz que deverá estar ao lado de algum dos colegas governadores em 2022”, ano da próxima eleição presidencial.

Os governadores de São Paulo e do Maranhão durante o debate. Foto: Reprodução. Dino e Doria participaram de um debate na Globonews, no sábado (16), durante o qual concordaram que é falsa a contradição, posta por Jair Bolsonaro, entre salvar vidas e salvar a economia.

Para Dino, a pressão de Bolsonaro para acabar com a quarentena “deriva de um argumento que não é verdadeiro. Como se houvesse a possibilidade de retomar a economia sem vencer o coronavírus”.

João Doria endossou a fala Dino. “A minha opinião coincide plenamente com toda a expressão de tudo aquilo que ele acaba de mencionar”.

“O inimigo da econo-

mia não é a quarentena, é a pandemia. Nós precisamos deixar isso muito claro. Nós temos que vencer a pandemia para resgatar a economia”.

A jornalista destacou a fala de Flávio Dino: “Bolsonaro age como se fosse um Cesar mirando legiões na Praça dos Três Poderes”. Ela disse que Flávio Dino convoca Bolsonaro “a exercer a Presidência”.

“Doria assiste com um leve sorriso”, observa Hildegard. Hildegard também citou outras falas de Dino na entrevista, como a de que “nem na Ditadura Militar houve ditador que agredisse princípios constitucionais como Bolsonaro faz” e que “nós da esquerda temos uma gravíssima responsabilidade de defender as empresas brasileiras”.

Hildegard Angel é filha da estilista Zuzu Angel e irmã de Stuart Angel, estudante assassinado pela ditadura.

“Moro, o Valeixo sai nessa semana”, afirmou Bolsonaro para Moro poucas horas antes da reunião de 22 de abril. “Isto está decidido”. Novas mensagens reforçam que Bolsonaro queria interferir politicamente na PF

Poucas horas antes da reunião ministerial de 22 de abril, Bolsonaro comunicou ao ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, que o ex-diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, iria ser demitido.

O comunicado consta de novas mensagens divulgadas trocadas entre Bolsonaro e o ex-ministro Sérgio Moro. Elas reforçam mais ainda a interferência de Bolsonaro na PF que Moro denunciou.

Num texto enviado às 6h26 daquela quarta-feira, Bolsonaro escreveu: “Moro, o Valeixo sai nessa semana”, afirmou. “Isto está decidido”.

A seguir, enviou: “Você pode dizer apenas a forma. A pedido ou ex officio [sic].”

O ex-ministro respondeu 11 minutos depois: “Presidente sobre esse assunto precisamos conversar pessoalmente, estou ah disposição para tanto”.

As novas mensagens foram divulgadas pelo jornal O Estado de S. Paulo e reproduzidas pelo Jornal Nacional da TV Globo.

As mensagens constam do inquérito que apura a denúncia de Moro de que Bolsonaro queria interferir na PF para proteger seus filhos e aliados.

Bolsonaro diz que na reunião do dia 22 não se referiu a Sérgio Moro quando falou em interferir nos ministérios. Mas pelo vídeo da reunião, divulgado por determinação judicial, fica claro que ele se refere a Moro, inclusive olha para o lado onde está o ex-ministro no momento em que fala em intervir nos ministérios.

Na manhã do dia 23, Bolsonaro enviou uma mensagem a Moro falando da troca de Valeixo. Ao citar matéria do site O Antagonista intitulada “PF na cola de 10 a 12 deputados bolsonaristas”, Bolsonaro escreveu: “Mais um motivo para a troca”.

Valeixo foi demitido no dia 24 de abril, constando como a “pedido” do ex-diretor. Moro, ao sair do ministério, em entrevista coletiva, negou peremptoriamente que Valeixo tivesse pedido para sair.

Disse que Valeixo estava cansado por causa das pressões presidenciais e admitiu que se sua saída fosse resolver os problemas, ele sairia. Porém Moro foi veemente ao negar que Valeixo tivesse

Fracassa o ato de Bolsonaro após a divulgação de vídeo comprometedor

Mais uma manifestação esvaziada, estimulada por Jair Bolsonaro, ocorreu em Brasília neste domingo (24), para atacar os integrantes do Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-ministro Sérgio Moro e a imprensa.

Os seguidores de Bolsonaro foram convocados pelas redes sociais bolsonaristas. Cada vez mais isolado, Bolsonaro tem feito atos contra as instituições democráticas e a favor do coronavírus. Neste domingo ele circulou novamente na aglomeração sem usar máscara.

Desta vez eram bem menos ministros acompanhando a aglomeração em frente ao Palácio do Planalto. Estava apenas Augusto Heleno, mascarado, acompanhando Bolsonaro.

Quando viu que estava sendo filmado, Heleno disse: “nós

Teich diz que saiu porque discordou de Bolsonaro sobre uso da cloroquina

O ex-ministro da Saúde, Nelson Teich, afirmou, na entrevista da GloboNews deste domingo (24), que discordou de Jair Bolsonaro na questão da orientação sobre o uso da cloroquina na Covid-19.

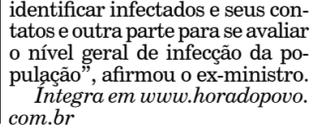
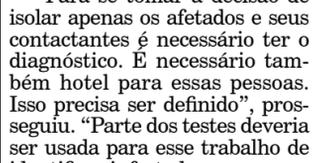
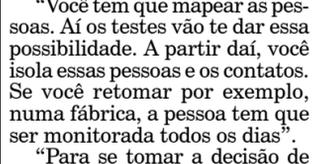
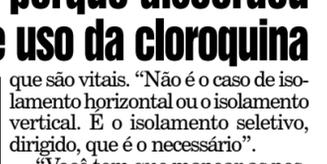
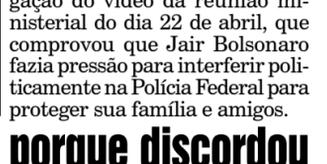
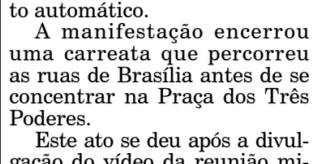
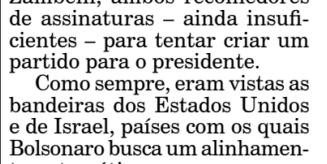
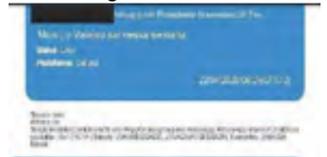
“O presidente achava que tinha que antecipar o uso da cloroquina e eu achava que não. Então houve uma divergência e isso pesou na decisão da minha saída”, disse Teich. Em sua opinião, “depois dos [novos] trabalhos publicados, não há dúvida que eles terão que rever esse documento”.

Outro ponto apontado por Teich foi a urgência na ampliação da testagem de diagnóstico da Covid-19 para que se possa ter tomadas de decisão orientadas por informações adequadas.

Ele insistiu que os gestores estão tendo que tomar decisões sem poder contar com essas informações

pedido para sair. O ex-ministro declarou que não assinou a saída de Valeixo, como constava no Diário Oficial.

Mensagem de Bolsonaro:



“A reunião revela um repertório inacreditável de crimes”, afirma Dino

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), afirmou que o vídeo da reunião ministerial, divulgado na sexta-feira (22), confirma o que o ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, denunciou ao sair do governo.

Flávio Dino afirmou que o vídeo da reunião é grave porque:

1. Confirma a delação de Sérgio Moro; 2. Contém diversos crimes contra a honra; 3. Revela planos de “armar a população” para fins POLÍTICOS; 4. Mostra inequívocos impulsos despóticos”.

“A tal reunião ministerial revela um repertório inacreditável de crimes, quebras de decoro e infrações administrativas”.

Além disso, mostra “uma imensa desmoralização e perda de legitimidade desse tipo de gente no comando na nossa Nação”.

Na sexta-feira (22), o ministro do Supre-

mo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, tornou pública a gravação da reunião de Jair Bolsonaro com seus ministros em 22 de abril. Ela faz parte da investigação acerca da acusação feita por Sérgio Moro de que Jair Bolsonaro queria interferir politicamente na PF para proteger sua família.

O vídeo confirma a acusação de Sérgio Moro. Bolsonaro diz que “já tentei trocar gente da segurança nossa no Rio de Janeiro, oficialmente, e não consegui! E isso acabou”.

“Eu não vou esperar foder a minha família toda, de sacanagem, ou amigos meu, porque eu não posso trocar alguém da segurança na ponta da linha que pertence a estrutura nossa. Vai trocar! Se não puder trocar, troca o chefe dele! Não pode trocar o chefe dele? Troca o ministro! E ponto final! Não estamos aqui pra brincadeira”.

Ele também reclamou que não recebe informações da Polícia Federal. “E me desculpe, o serviço de informações nosso, todos, é uma ... são uma vergonha, uma vergonha! Que eu não sou informado! E não dá pra trabalhar assim. Fica difícil”.

A gravação mostrou Jair Bolsonaro chamando o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), de “bosta” e o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), de “estrume”. Ele também acusou o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto (PSDB), de estar se aproveitando da pandemia de coronavírus “para levar o terror no Brasil”.



Flávio Dino (PCdoB)

Cloroquina: a ciência contra o “terraplanismo” genocida

Nem a Anvisa embarcou na irresponsabilidade de assinar um protocolo recomendando a cloroquina enquanto as pesquisas clínicas indicam o contrário

A insistência de Jair Bolsonaro em impor um novo “protocolo” do Ministério da Saúde orientando o uso ampliado da cloroquina no tratamento da Covid-19 derrubou dois ministros da Saúde e, mesmo assim, o desfecho não saiu como o presidente queria. Se dependesse de Bolsonaro e seu “terraplanismo” médico-científico, os comprimidos de cloroquina seriam distribuídos nas estações de ônibus e metrô e, aos primeiros espirros, deveriam ser ingeridos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou que a cloroquina e a hidroxicloroquina sejam usadas apenas em estudos clínicos.

Nem o chefe da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Antonio Barra Torres, que Bolsonaro andou arrastando para aglomerações em pleno isolamento social, concordou com a versão pretendida pelo presidente. Para haver um protocolo recomendando o uso de uma droga, ela tem que ter comprovação científica.

Não é este o caso da cloroquina para o tratamento da Covid-19. O ex-ministro da Saúde, Henrique Mandetta, chegou a denunciar que Bolsonaro tentou até adulterar a bula da medicação para acrescentar seu uso na Covid-19, mas não conseguiu.

A alternativa encontrada, tanto pelo diretor da Anvisa, como pelo ministro da Saúde interino, o general Eduardo Pazuello, foi a edição, não de um protocolo, mas de um “documento” sem assinatura e fora dos padrões, com efeito bem menor do que um protocolo, que, para ser criado, tem que ser antecedido pela aprovação de um Protocolo Clínico de Diretriz Terapêutica (PCDT), medida que tem rito próprio. Conforme gestores do SUS, ao divulgar apenas uma orientação, o ministério contornou a dificuldade de criar um protocolo.

O infectologista do Hospital Universitário da USP, Gerson Salvador, afirmou ao HP que a atitude de Bolsonaro em relação à cloroquina é uma forma de fugir de sua responsabilidade pelas mortes que estão ocorrendo no país. “O Brasil está com uma das piores respostas do mundo em relação à pandemia de Covid-19, com um número crescente de casos e de óbitos, com uma curva acelerada e descontrolada”, avaliou Salvador.

CLOROQUINA SÓ FUNCIONA EM LABORATÓRIO

“A cloroquina é um medicamento que só funcionou em laboratório. Quando foi testada em população humana até o presente momento não funcionou, inclusive tem potenciais efeitos graves como arritmias cardíacas que podem levar as pessoas à morte. Jair Bolsonaro está usando a cloroquina como uma cortina de fumaça para desviar o foco do debate. A história vai julgar Bolsonaro e eu espero que a sociedade brasileira o faça antes disso. De fato ele tem praticado uma política de extermínio”, apontou o especialista.

No episódio da bula, Mandetta fez questão de afirmar que o chefe da Anvisa havia se recusado a alterar a bula da cloroquina como queria o alucinado. “O presidente se assessorava e se cercava de outros profissionais médicos. Eu me lembro de quando, no final de um dia de reunião de conselho ministerial, me pediram para entrar numa sala e estavam lá um médico anestesista e uma médica imunologista, que estavam com a redação de um provável ou futuro, ou alguma coisa do gênero, um decreto presidencial... É a ideia que eles tinham era de alterar a bula do medicamento na Anvisa, colocando na bula indicação para Covid-19”, afirmou Mandetta.

“O próprio presidente da Anvisa – que atualmente se infectou com o coronavírus – se assustou com aquele caminho, disse que não poderia concordar. Eu simplesmente disse que aquilo não era uma coisa séria e que eu não iria continuar naquilo dali, que o palco daquela discussão tem que ser no Conselho Federal de Medicina”, contou Mandetta.

ENSAIOS CLÍNICOS NÃO CONFIRMARAM EFICÁCIA

As restrições ao uso indiscriminado da cloroquina foram ainda mais reforçadas com a divulgação dos últimos trabalhos científicos. Eles não foram favoráveis ao uso da cloroquina da forma que Bolsonaro queria. Os médicos no mundo todo aguardavam ansiosamente os resultados desses ensaios clínicos amplos para saber se a cloroquina tinha alguma eficácia no combate in vivo do novo coronavírus.

Em editorial, a revista *New England Journal of Medicine* (NEJM), uma das mais conceituadas revistas médicas do mundo, afirmou que, depois de analisar o uso da cloroquina em mais de 1.300 pacientes, concluiu que, além de não ser eficaz contra o coronavírus, a droga, usada

indiscriminadamente, pode provocar graves complicações cardíacas.

Para chegarem nesta conclusão, os médicos contaram com dados de pacientes que foram hospitalizados em decorrência da Covid-19. Ao todo, foram avaliadas 1.376 pessoas. Dessas, 811 receberam hidroxicloroquina e 565 não. Conforme revelaram os autores, dos 811 que usaram hidroxicloroquina, 262 tiveram como desfecho a entubação ou morte. No outro grupo, 84 evoluíram para entubação ou morte.

“Nosso estudo não deve ser tomado como regra de benefício ou prejuízo do tratamento com hidroxicloroquina. No entanto, nossos achados não apoiam o uso de hidroxicloroquina atualmente, fora de ensaios clínicos randomizados que testam sua eficácia”, concluíram os médicos que assinaram o artigo do NEJM. Segundo a análise, os pacientes que tomaram a hidroxicloroquina tiveram mais chances de ter insuficiências respiratórias do que aqueles que não a tomaram.

Segundo a pesquisa, o uso da cloroquina e da hidroxicloroquina, combinando ou não com a azitromicina, é baseado apenas em relatos de médicos e não foram comprovados, até o momento, cientificamente. O principal estudo que ganhou relevância internacional, mesmo sem validação científica, foi conduzido na França, mas tinha uma amostragem pequena de pacientes e não houve grupo de controle, ou seja, uma parcela dos pacientes avaliados que não recebeu os medicamentos.

EFETOS COLATERAIS

Sobre os efeitos colaterais, chamou a atenção arritmia muito frequente com o uso desse medicamento que é chamada Torsades de pointes (do francês “torções das pontas”) que pode levar à parada cardíaca. Outros dois estudos publicados na revista científica *British Medical Journal* também apontaram a ineficácia da hidroxicloroquina no combate à Covid-19. Ambos foram publicados quase simultaneamente: um deles desenvolvido por pesquisadores franceses, e o outro por cientistas chineses.

O estudo francês analisou 181 pacientes. Eles foram divididos entre 84 que receberam a hidroxicloroquina nas primeiras 48 horas de internação e 97 que não receberam e serviram como grupo de controle. Durante o período de internação, os pesquisadores não perceberam nenhuma diferença significativa no número de pacientes que precisaram de transferência para UTI, que morreram após 7 dias, ou que desenvolveram Síndrome Respiratória Aguda Grave em 10 dias.

Enquanto isso, na pesquisa da China, o foco foi outro. Eles visaram entender principalmente o impacto da hidroxicloroquina em pacientes com sintomas leves e moderados da Covid-19. Foram 150 adultos divididos aleatoriamente em dois grupos: os que receberam a hidroxicloroquina e tratamento padrão e os que receberam só o tratamento padrão. O estudo é classificado como “open label”, o que significa que os pacientes sabem a qual grupo pertencem, possibilitando a criação de vieses no processo. Por isso, ele também não se enquadra no “padrão-ouro”.

Os pacientes do grupo da hidroxicloroquina receberam uma dosagem admitidamente alta do medicamento: 1.200 miligramas diários pelos três primeiros dias, seguidos de 800 mg ao dia pelo restante do tratamento.

Ao fim do dia 28 de testes, os pesquisadores não perceberam diferenças significativas entre os dois grupos. Entre os 150 pacientes, a maioria estavam curados do vírus muito antes do prazo. Foram 109 conversões negativas, sendo 56 do grupo padrão e 53 do grupo com hidroxicloroquina, e os 41 restantes não conseguiram a conversão antes do prazo e foram censurados.

Os pesquisadores também observaram um aumento no número de eventos adversos no grupo que usou a hidroxicloroquina. Enquanto no grupo de controle houve eventos adversos em 9% dos casos, essa proporção subiu para 30% entre os que receberam o medicamento, com dois pacientes enfrentando efeitos mais graves. Os pesquisadores dizem que eventos similares também foram observados em outros estudos que envolveram altas dosagens da droga.

Outro estudo, feito em Nova Iorque, também com mais de 1.300 pacientes, chegou a conclusões parecidas com o ensaio publicado na revista *New England*. O anti-inflamatório usado no combate à malária e nas doenças autoimunes, tipo Lupus Eritematoso Sistêmico e Artrite Reumatoide tem algum efeito antiviral em laboratório, mas não possui eficácia contra o coronavírus.

SÉRGIO CRUZ



Reprodução

Medicamento não confirmou resultados de laboratório na população

Número de mortes por coronavírus registradas no Brasil passa de 23 mil

O balanço divulgado na noite desta segunda-feira, 25, pelo Ministério da Saúde aponta que o Brasil registrou 807 novas mortes causadas pela covid-19 nas últimas 24 horas, o que aumentou o total de óbitos pela doença para 23.473. Também foram registrados, 11.687 novos casos de infecção pelo novo coronavírus e agora já são 374.898 pessoas contaminadas.

O Brasil segue ocupando a segunda posição entre as nações com mais casos de covid-19 no mundo,

ficando atrás apenas dos Estados Unidos, que acumula mais de 1,6 milhão de infectados, segundo dados compilados pela plataforma da Universidade Johns Hopkins até às 19h desta segunda-feira.

Na lista de países com mais mortes acumuladas, o Brasil ocupa a 6ª posição. Só fica atrás de Estados Unidos (97.974), Reino Unido (36.996), Itália (32.877), França (28.460) e Espanha (26.834).

Segundo o ministério, outros 3.742 óbitos estão

em investigação por suspeita de coronavírus.

Em todo o mundo, a Covid-19 já infectou 5,4 milhões de pessoas, causando a morte de 344 mil delas, também de acordo com os dados da Universidade Johns Hopkins. Depois do início do surto na China em dezembro, pico na Europa e nos Estados Unidos em março e abril, a América do Sul passou a ser considerada o novo epicentro da doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Senado impediu Weintraub de tumultuar e inviabilizar o Enem 2020, afirma UMES-SP

A União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP) defendeu a proposta de adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) realizado após a aprovação do PL no Senado. Segundo a UMES, o ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, decidiu manter as datas da prova, apesar da pandemia de coronavírus, para “tumultuar e no limite inviabilizar o Enem 2020”.

“Todo mundo sabia que seria preciso esticar o prazo para garantir a realização do Enem em condições aceitáveis. Era exatamente isso que



Programa de testes foi iniciado na segunda-feira

Weintraub, um ser movido pelo ódio ao Ensino Público, à Ciência, à Cultura e à Educação em geral, não queria e vai continuar ten-

tando impedir, através de futuros golpes que precisamos estar atentos para desarmar”, ressalta a entidade no documento.

VAMOS GANHAR AS DUAS PARADAS: A LUTA PELA VIDA E A GARANTIA DO ENEM 2020

Por 75 votos a um, o Senado aprovou, no dia 19 de maio, o PL 1277/2020 que garante a prorrogação automática dos prazos para testes de acesso ao ensino superior em caso de Calamidade Pública reconhecida pelo Congresso.

O único voto contrário foi o do senador Flávio Bolsonaro.

Estava aberto o caminho para que o Enem 2020 fosse adiado, para poder ser efetivamente realizado.

A intransigência do ministro Weintraub tentando manter a ferro e fogo as datas de 01 e 08 de novembro, ignorando a interrupção das atividades de ensino provocadas pela pandemia de coronavírus, visava tumultuar e no limite inviabilizar o Enem 2020.

A manobra se alinhava à insensatez de Bolsonaro pressionando milhões de estudantes a trocar seus postos na luta pela vida, através da quarentena, por uma volta às aulas precipitada “para não perder o Enem”.

O objetivo comple-

mentar era torrar dinheiro público em campanhas publicitárias “fake”. A campanha do Enem fantasia, lançada em 4 de maio, seguiu o mesmo modelo da famigerada campanha da carteirinha 171 do MEC.

Todo mundo sabia que seria preciso esticar o prazo para garantir a realização do Enem em condições aceitáveis. Era exatamente isso que Weintraub, um ser movido pelo ódio ao Ensino Público, à Ciência, à Cultura e à Educação em geral, não queria e vai continuar tentando impedir, através de futuros golpes que precisamos estar atentos para desarmar.

A intervenção do Senado foi providencial para colocar ordem na casa. E tudo indicava que a votação da Câmara dos Deputados também seria. Para evitar essa humilhação, o governo foi obrigado a rever sua posição e fazer um acordo com o presidente Rodrigo Maia, aceitando finalmente o adiamento do Enem.

O comunicado oficial de 20 de maio diz: “Atento às demandas da sociedade e às manifestações do Poder

Legislativo em função do impacto da pandemia do coronavírus no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Ministério da Educação (MEC) decidiram pelo adiamento da aplicação dos exames nas versões impressa e digital. As datas serão adiadas de 30 a 60 dias em relação ao que foi previsto nos editais”.

Os secundaristas de São Paulo estão dispostos a fazer quantos sacrifícios forem necessários para não perderem o ano. E para que todos os que concluírem o ensino médio no ano letivo de 2020 possam prestar o Enem para entrar numa federal em 2021.

O jeito para isso é ganhar as duas paradas. A luta pela vida e a garantia do Enem 2020. Não dá para ficar numa só.

Mas nós vamos ganhar. A razão e a justiça estão conosco. A barbárie não vencerá!

UNIÃO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DE SÃO PAULO - UMES



Apresentador rompeu com presidente

“Me recuso a entrevistar Bolsonaro novamente”, diz Datena após vídeo

José Luiz Datena criticou o conteúdo da reunião do governo Bolsonaro ao vivo nesta sexta-feira (22), enquanto apresentava o programa *Brasil Urgente*, na TV Band. Datena afirma que não irá mais realizar entrevistas com Bolsonaro, nem fazer propaganda do governo.

“Depois dessa fita, me permito deixar a Band escolher outros repórteres e apresentadores entrevistarem o presidente da República” disse o apresentador ao romper com Bolsonaro.

O jornalista noticiava o vídeo da reunião ministerial, de 22 de abril, divulgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em que Bolsonaro aparece dizendo que iria interferir na Polícia Federal, conforme denunciou o ex-ministro Sérgio Moro, ao deixar o governo.

Datena ficou revoltado ao ver o presidente da Caixa Econômica dizer que a Band queria dinheiro do governo. Para o apresentador, as declarações mancham a imagem da emissora, que apoia e bajula Bolsonaro desde o início do mandato.

“Aí vem o cara numa reunião ministerial com o presidente da República e diz ‘o pessoal da Band quer dinheiro’. Se você deu dinheiro para alguém aqui da Band, Pedro, você indique para quem você deu, que com certeza essa pessoa vai ser demitida, se não foi uma coisa legal, se não foi mídia técnica. E do jeito que você colocou tem dúvida interpretação. Ou você prevaricou e o Bolsonaro devia te mandar embora hoje”

“Sob o risco de ser demitido”, Datena revela que não queria fazer a propaganda do governo que fez, e que se teria feito porque “estava em contrato”.

“Então eu tô publicamente dizendo que me recuso, diante de saber que tem pessoas dessa qualidade, dessa estirpe, que falam uma coisa ao vivo e em uma reunião ministerial, para aparecer e puxar o saco do presidente. Já que é com esse tipo de gente que nós estamos lidando, eu me recuso a fazer qualquer ação para receber milhões de dólares ou qualquer ação em favor deste governo que eu já vi o tipo de gente que dirige, por exemplo, a Caixa Econômica. Você entendeu?”

Datena ainda perguntou o motivo pelo qual Bolsonaro não mandou o ministro da Educação, Abraham Weintraub, “calar a boca” quando disse que mandaria ministros do STF para a cadeia.

No vídeo da reunião, que teve o sigilo derrubado pelo ministro do Celso de Mello, Bolsonaro prega o armamento da população, xinga governadores e admite que tentou interferir na Polícia Federal do Rio de Janeiro.

Greta critica fala de Salles contra a Amazônia: ‘Nosso futuro é um jogo para eles’

A ativista sueca Greta Thunberg criticou o ministro do Meio Ambiente do Brasil, Ricardo Salles, por ele defender que o governo aproveite que o foco das atenções está na pandemia de Covid-19 para afrouxar normas de controle.

“Apenas imagine as coisas que foram ditas longe da câmera... Nosso futuro em comum é apenas um jogo para eles”, escreveu Thunberg no Twitter, citando a declaração do ministro e a hashtag #SalvemAA Amazônia.

Durante a reunião ministerial do dia 22 de abril, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, alertou os ministros sobre o que considerava ser uma oportunidade trazida pela pandemia da Covid-19: para ele, o governo deveria aproveitar o momento em que o foco da sociedade e da mídia está voltada para o novo coronavírus para mudar regras que podem ser questionadas na Justiça, conforme vídeo divulgado nesta sexta-feira (22) pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello.

“Precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos neste momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), de Ministério da Agricultura, de Ministério do Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços para dar de baciada a simplificação”, disse Salles.

Complemento salarial chegou a só 22,5% dos trabalhadores afastados



Artur Bueno: 'atuação sindical garantiu empregos e salários no setor da alimentação'

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação (CNTA-Afins), Artur Bueno, relatou, em entrevista ao HP, que os trabalhadores do setor conquistaram importantes acordos diante da crise causada pela proliferação do coronavírus.

De acordo com Artur Bueno, a atuação das entidades sindicais foi fundamental para garantir a produção. Ele contou que já na primeira quinzena de abril, a CNTA reuniu-se com a Contac (Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores da Alimentação) "e nossa primeira iniciativa foi reunir todas as federações e sindicatos da categoria para buscar dar continuidade à produção garantindo o emprego, salário e segurança aos trabalhadores no setor".

"Fizemos um documento apontando as necessidades da categoria que enfrenta em seu dia a dia aglomerações de até 2 mil pessoas nos frigoríficos. Algumas unidades têm até 7 mil pessoas, e entregamos o documento a todos os grandes grupos de empresas, ao governo federal e ministérios, ao STF e ao poder legislativo. O único a se manifestar foi o Ministério da Saúde, mas ainda de forma muito vaga e sem apontar nenhum caminho".

"Com isso, pressionamos para que se abrisse negociação. Apesar da MP 936 do Bolsonaro permitir acordos individuais, mantivemos a pressão e conseguimos fechar acordo com uma das maiores empresas do setor, a BRF, que tem cerca de 100 mil trabalhadores. Fizemos um acordo garantindo empregos, salários, e também garantindo estabilidade aos mais vulneráveis, os idosos, gestantes, e criamos um comitê para acompanhar isso tudo", afirmou Artur.

"Mas como não há uma regra em abrir negociação, algumas empresas não abriram, como JBS e Ambev, prejudicando os acordos, além de outros frigoríficos que suspenderam a produção", relatou.

Artur destacou que, agora, a pressão continua para que o projeto da medida provisória garanta a intermediação dos sindicatos nas negociações. "Estivemos reunidos com o relator do projeto, deputado Orlando Silva, e acreditamos nesse movimento para que esse dispositivo seja alterado garantindo melhores condições de negociações aos trabalhadores".

Isso tudo, prosseguiu Artur, "em meio às enormes dificuldades enfrentadas pelas empresas, que não estão conseguindo crédito nos bancos para se manterem. E o governo, em vez de resolver os problemas, reduzir as burocracias, vai editando outras medidas, sem corrigir as anteriores, dificultando ainda mais a situação das pequenas e médias empresas, cada vez mais desamparadas. E sob um governo totalmente sem diálogo". "Infelizmente esse é o quadro, e fica mais claro, nesse momento, a falta que faz o Ministério do Trabalho", destacou Artur Bueno.

Loja da Havan é lacrada após dono tentar burlar isolamento

A Justiça de São Paulo lacrou a loja da Havan em Marília, após o dono da empresa, Luciano Hang, tentar burlar as leis da quarentena ao incluir vendas produtos como arroz, feijão e óleo de cozinha.

As lojas da rede vendem itens de decoração e eletrodomésticos, sendo proibidas de abrirem por não atender a serviços essenciais, conforme determinação do governo de São Paulo para garantir a segurança da população em meio à proliferação do coronavírus.

A tentativa de Hang, bolsonarista fervoroso e defensor do fim do isolamento social, de fazer com sua loja passasse por hipermercado foi barrada pelo juiz Walmir Cruz, da Vara da Fazenda Pública de Marília, que mandou lacrar a loja no município.

A medida foi tomada após a loja desrespeitar a decisão do governo e da prefeitura de manter apenas a venda de produtos alimentícios, de higiene e limpeza, e ferramentas utilizadas em construção civil, considerados essenciais, conforme decreto do governo estadual.

No entanto, a loja manteve abertas todas as demais áreas, o que foi comprovado pela

fiscalização local. A loja foi notificada pela irregularidade, mas não acatou a ordem de fechamento e foi à Justiça, mas o juiz negou a liminar e ainda determinou o fechamento completo da Havan.

"Pretender sustentar em juízo que a HAVAN é supermercado, com todas as vênias, é atentar contra a realidade dos fatos e basta uma simples consulta ao sítio eletrônico da empresa impetrante", escreveu o juiz Walmir Cruz.

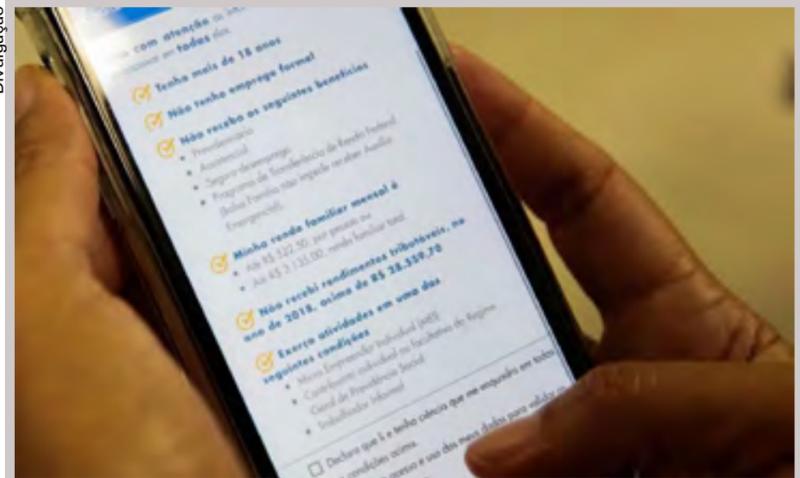
Mesmo com a decisão, a loja manteve a venda de seus produtos no estacionamento, o que levou à Justiça a lacrar a unidade, na última segunda-feira, 18.

Nesta quarta-feira, 22, em entrevista à Veja, o empresário declarou que o estado de São Paulo "é o mais comunista do Brasil", por manter 11 lojas da rede fechadas no estado, como forma de prevenção à Covid-19.

Para Hang, São Paulo "é o grande problema, não só da Havan, mas do Brasil". Ao falar sobre a política de isolamento social no estado, Hang repetiu Bolsonaro, ao dizer que é "coisa de maluco, de incompetente, de quem não sabe administrar".



54,9% dos trabalhadores tiveram seus contratos de trabalho suspensos



Medida foi aprovada no dia 15 de maio, mas liberação ainda demora

Mães menores de 18 anos só poderão solicitar auxílio a partir de 1º de junho

As mães chefes de família e menores de 18 anos só poderão solicitar o auxílio emergencial a partir do dia 1º de junho.

Isso significa, conforme tem demonstrado a prática na liberação do recurso, com inúmeras dificuldades enfrentadas pelos solicitantes desde o momento de preencher o cadastro, passarem pela análise da Dataprev e acessarem o aplicativo da Caixa, que essas mães só receberão a ajuda, de fato, lá para o fim de

junho e meados de julho.

As mães menores de idade não estavam na primeira leva dos beneficiários do programa. Elas foram incluídas após a sanção do Projeto de Lei 873/2020, do senador Randolfo Rodrigues, que propôs mudanças nas regras do auxílio emergencial incluindo novas categorias de beneficiários.

O projeto foi sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro no último dia 15 e, portanto, passou a

vigorar como lei, mas a Caixa ainda não fez as adaptações necessárias no aplicativo para que as mães adolescentes pudessem ter acesso ao recurso o mais rápido possível, como recomenda a urgência da situação.

Essas jovens, conforme determina a lei para mães chefes de família que preenchem as regras do programa, também têm direito a duas cotas do auxílio e receberão R\$ 1.200.

9,7 milhões de trabalhadores ainda esperam receber a 1ª parcela de auxílio emergencial

A Caixa Econômica Federal divulgou, no sábado (23), que 9,7 milhões de pedidos do auxílio emergencial ainda aguardam por análise.

Destes, 4,9 milhões de cadastros ainda estão na fila da primeira análise pela Dataprev, e 4,8 milhões foram classificados como inelegíveis e serão realizados.

Do total de 106,1 milhões de pessoas que se cadastraram para receber o auxílio até o momento, 101,2 milhões foram processados. Além dos cerca de 10 milhões que aguardam

análise ou reanálise, 42,2 milhões de cadastros foram classificados como inelegíveis e 59 milhões elegíveis.

Até sábado, 55,1 milhões de beneficiários receberam o auxílio, segundo informações da Caixa.

Na semana passada, a Caixa começou a pagar a segunda parcela do auxílio para os que receberam a primeira até o dia 30 de abril. Nesta segunda, dos que ainda esperam a primeira parcela, foi liberado o benefício a 700 mil trabalhadores, nascidos em agosto.

Além do atraso no pa-

Justiça anula demissões de 900 trabalhadores da Usiminas em Cubatão e obriga negociação

A Justiça determinou a suspensão das demissões de 900 trabalhadores da Usiminas no litoral paulista. A decisão foi a partir de denúncia feita pelo Sindicato dos Metalúrgicos, depois de o presidente da entidade, Claudinei Rodrigues Gato, saber que, só na manhã de quarta-feira (20), 100 trabalhadores foram dispensados da siderúrgica.

A juíza Adalgisa Lins Dornellas, da 2ª Vara do Trabalho de Cubatão, suspendeu as demissões determinando ainda que sejam retomadas as negociações entre a Usiminas e o sindicato. A liminar

determina que não haja demissão enquanto não estiver esgotada as negociações entre a empresa e o sindicato.

"Essa é uma importante vitória nessa batalha contra os ataques da Usiminas que se aproveita da pandemia para não só preservar, como ampliar seus lucros", diz o sindicato em nota.

"O Sindicato tem batalhado por um acordo emergencial que proteja os salários e os empregos dos trabalhadores e denunciado a ação da Usiminas que se aproveita do momento de tragédia que vivemos no mundo todo para colocar na rua 900 trabalha-

dores", continua.

De acordo com o sindicato, em 2015 foram demitidos cerca de três mil funcionários. "Mesmo tentando derubar essa decisão judicial, a Usiminas não conseguirá esconder a intenção da direção da empresa e de seus acionistas que é impor o mesmo massacre contra os trabalhadores que fez em 2015: demitir em massa para garantir mais lucros", diz o sindicato em nota.

A decisão judicial obrigou a Usiminas a reintegrar imediatamente todos os trabalhadores que foram demitidos nessa semana.

De 8 milhões de pessoas afastadas, apenas 1,8 milhões receberam benefício do governo

Segundo dados do governo federal, 8 milhões de trabalhadores foram afetados pelas regras estabelecidas na MP 936, que levou à suspensão de contratos de trabalho e redução de jornada. Porém, segundo a Caixa, apenas 1,8 milhões, ou 22,5%, de pessoas que tiveram os seus contratos alterados receberam a compensação prevista na lei.

O número foi divulgado pela vice-presidente da Caixa Econômica Federal, Tatiana Thomé, na terça-feira, 19, em coletiva em que apresentou balanço do que foi pago desde o início, entre 4 e 19 de maio.

O aporte ao programa – chamado Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda – prevê um valor total de R\$ 51,6 bilhões, segundo decreto do governo. Até o momento, foram liberados apenas R\$ 1,8 bilhões.

Segundo a secretaria do Trabalho, dos 8 milhões de trabalhadores, 54,9% tiveram seus contratos suspensos. Os trabalhadores com corte de jornada, cerca de 13% tiveram corte de 25%, para outros 17,2% a redução foi de 50% e 13% de trabalhadores a redução foi de 70%.

Aos trabalhadores que tiveram os contratos suspensos, a MP prevê como contrapartida uma parcela do seguro-desemprego que tem como teto R\$ 1.813. O trabalhador que sofrer com a redução de jornada e salarial, receberá 25, 50 ou 70% da parcela do seguro-desemprego que tem direito. O auxílio varia de R\$ 261 a R\$ 1.813 de acordo

com o salário do empregado e do tipo de acordo.

Durante todo o período da pandemia, o movimento sindical chama a atenção para a importância da intervenção do Estado para a manutenção dos empregos e do poder de compra dos trabalhadores, como forma de salvaguardar a vida do povo em meio necessidade de garantir que a quarentena seja efetiva no país.

Majoritariamente, os acordos celebrados até o momento são feitos bilateralmente entre o patrão e o empregado. Modalidade de negociação em que o trabalhador está numa maior vulnerabilidade. Por essa razão, o relator da MP no Congresso Nacional, o deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) briga pela garantia dos sindicatos na negociação.

"A pandemia do novo coronavírus colocou o Brasil diante de múltiplos desafios. Os mais prementes são tomar todas as medidas necessárias para salvar vidas e minimizar o quanto possível os efeitos danosos do alastramento do contágio, como o colapso do sistema de saúde, e criar as condições básicas para a preservação dos empregos e da renda dos trabalhadores", defendeu, Orlando Silva.

"Como relator de MP 936, lutarei para manter empregos e renda dos trabalhadores, principalmente os mais pobres. Além disso, são nossas pautas incluir sindicatos nas negociações, integralidade para as gestantes e ajudar aposentados", afirmou Orlando.

Sem equipamentos, município indígena do Amazonas enfrenta escalada de casos de Covid-19

Profissionais de saúde do interior do Amazonas estão relatando o caos que enfrentam para tentar atender a população altamente atingida pelo coronavírus, em uma região do estado onde ficam 13 das 20 cidades brasileiras com a maior proporção de moradores infectados.

No município de São Gabriel da Cachoeira, médicos estão tendo que fazer vaquinha para comprar oxigênio para pacientes intubados. No dia 9 de maio, o estoque de cilindros se esgotou e funcionários do hospital tiveram de improvisar para impedir uma tragédia.

Segundo os profissionais, foi feita vaquinha para comprar cilindros de oxigênio industrial em oficinas da cidade. Ainda que o uso desse tipo de oxigênio seja contraindicado para fins hospitalares, pois não é certificado por órgãos sanitários, ele é compatível com os respiradores e tem a mesma composição que o oxigênio medicinal e garantiram a sobrevivência dos pacientes no período até que chegasse o novo carregamento de oxigênio hospitalar.

Até 26 de abril a cidade não possuía nenhum caso de Covid-19. Agora, São Gabriel da Cachoeira já tem 516 casos, com 15 óbitos. Segundo os líderes comunitários, o número de mortes é provavelmente maior, pois nem todos os doentes que apresentaram sintomas foram examinados antes do óbito.

O município está localizado na fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela, aumentando a preocupação da chegada do vírus às comunidades indígenas. Segundo o Censo de 2010, 76% dos moradores de São Gabriel são indígenas, maior proporção entre todos os municípios do país.

Os indígenas são considerados especialmente vulneráveis à covid-19 por conta

de hábitos que tendem a facilitar os contágios, como o compartilhamento de objetos e especialmente por conta da fragilidade, ou ausência, da assistência médica em seus territórios. Mesmo antes da epidemia, doenças respiratórias já eram a principal causa de morte entre os grupos.

Mais da metade dos 45 mil habitantes de São Gabriel da Cachoeira vive fora da cidade, em comunidades nas Terras Indígenas Alto Rio Negro, Balão e Yanomami. Só se chega de barco ou avião ao município, que tem área equivalente à de Portugal.

Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), 110 indígenas já morreram de covid-19 no país, e houve casos registrados em 53 etnias. A organização também abarca os que vivem em cidades. Já o Ministério da Saúde considera em suas estatísticas sobre indígenas apenas os grupos que moram em aldeias.

O maior número de casos registros de covid-19 em São Gabriel da Cachoeira se concentra na zona urbana, mas equipes de saúde têm atendido cada vez mais casos nas aldeias.

Segundo os profissionais entrevistados, já houve ocasiões em que praticamente todos os membros da comunidade apresentavam sintomas da doença. Porém, com apenas 200 testes para todas as 733 comunidades da região, poucos pacientes têm feito o exame.

A explosão de casos em São Gabriel da Cachoeira lotou o único hospital da cidade, gerido pelo Exército. Há 15 respiradores mecânicos na unidade, todos ocupados atualmente, e nenhuma Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Os pacientes entubados são transferidos de avião assim que surgem vagas em Manaus.

Argentina: governos federal, estadual e o de B. Aires unem-se contra a Covid-19

O presidente da Argentina, Alberto Fernández, e a equipe de sanitistas que assessora o governo coincidiram na necessidade de adotar controles mais estritos para a Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA), que concentra mais da metade dos casos de Covid-19.

Na reunião desta sexta-feira, o presidente Fernández, o governador Kicillof e o chefe do governo portenho Horacio Rodríguez Larreta concordaram em unificar ações, principalmente nos bairros mais vulneráveis, ampliando a extensão do isolamento social por mais duas semanas.

Com os melhores resultados entre os países latino-americanos, em termos de contágio e vítimas fatais a Argentina foi prejudicada nos últimos dias com medidas de flexibilização do isolamento preventivo por parte de alguns prefeitos opositores. As ações afetaram negativamente principalmente a capital – com suas “villas miséria”, as favelas – e o seu entorno.

Diferente da campanha opositorista de rechaço, os infectologistas destacaram o quanto a quarentena vem sendo exitosa no país, por ter achatado a curva no combate ao coronavírus, preparando o sistema de saúde para enfrentar o pico de casos que se aproxima. Para comprovar o quanto a Argentina tem sido vitoriosa, explicaram, basta comparar com a gravidade da situação em que se veem mergulhados outros países da região, com uma estrutura social e econômica semelhante.

Ao repetir o ritual que faz a cada duas semanas quando prorroga a quarentena, o presidente se reuniu com os médicos e fez um balanço da pandemia, sublinhando que se deve evitar promover o consumo e o deslocamento de pessoas. Na oportunidade Fernández esteve acompanhado pelo chefe e a vice-chefe de Gabinete, Santiago Cafiero e Cecilia Todesca; o ministro e a vice-ministra de Saúde, Ginés González García e Carla Vizzotti; e o secretário-geral da Presidência, Julio Vitobello.

SOMANDO FORÇAS

A fim de obter resultados mais positivos, os encarregados pelo transporte dos governos federal, estadual e do município de Buenos Aires definiram um conjunto de medidas para tornar mais rígidos os controles e a restrição do deslocamento, erguendo uma verdadeira barreira sanitária. O objetivo é impedir que o alto número de contágios que tem se multiplicado pelos bairros mais pobres fique cada vez mais restrito, com a periferia recebendo todos os investimentos necessários para que os focos sejam combatidos e extintos.

“Temos que encarar o trabalho juntos, fazer uma ação emergencial nestes bairros, algo que dê confiança aos moradores, que resolva o problema. Precisamos ter uma postura firme”, destacou o presidente, reunido esta semana com lideranças de organizações populares. “Precisamos levar o que necessitem, que passem por esta situação em condições mais dignas”, acrescentou. Entre as prioridades, assinalou, está a intensificação do plano Detector, que busca encontrar possíveis infectados para isolá-los a fim de evitar a propagação do vírus.

Conforme os sanitistas, a ideia é passar de uma vigilância passiva para uma ativa por parte das autoridades, algo essencial para reverter o quadro, dadas as características focalizadas que adquiriram os contágios. “Devemos intervir nos bairros populares com tudo aquilo que o Estado possa colocar à disposição”, sublinharam os sanitistas, frisando a diferença entre a evolução da Covid-19 para o continente europeu. “Lá não houve a variável da pobreza estrutural que tem a Argentina, onde temos que seguir cuidando dos locais com grandes bolsões de pobreza”, destacaram.

Por isso na hora de avaliar os avanços obtidos no enfrentamento ao coronavírus, frisaram os especialistas, é preciso tomar em conta países com uma composição econômica e social mais próxima, como o Brasil, Chile, Equador e Peru. “Preparamos o sistema sanitário, preparamos as equipes de saúde, preparamos os profissionais de outras especialidades que aprenderam a usar os respiradores, a população fez um exercício para mudar seu modo de vida em tão pouco tempo, foi um esforço fantástico”, acrescentaram.

Assembleia da OMS aprova quebra de patente da vacina do Covid-19



Assembleia Mundial da Saúde, a 1ª virtual, reuniu 194 países. Na foto logo da OMS

Netanyahu agride corte na abertura de seu julgamento por corrupção

Na primeira vez que um primeiro-ministro de Israel em exercício, senta-se no banco dos réus, Bibi Netanyahu, agredindo os integrantes do tribunal e ameaçando todo o sistema judiciário do país, ao falar na abertura do seu julgamento por fraude, suborno e quebra de confiança, no dia 24.

Enquanto desfiava sua série de ataques o seu aliado, presidente do Knesset, parlamento israelense, Yariv Levin, compunha o incitamento contra juizes e procuradores, afirmando, do lado de fora da Corte de Jerusalém que “o julgamento de Netanyahu será lembrado como um dos pontos mais baixos do sistema de Justiça de Israel”.

Netanyahu chegou à Corte Distrital de Jerusalém cercado pelos ministros de seu gabinete integrantes de seu partido, o Likud.

Do lado de fora, manifestantes pediam “Vá pra casa Netanyahu” e se postavam atrás de uma enorme faixa com o rosto de Bibi e a frase “Crime-Minister” (um trocadilho com o termo em inglês para primeiro-ministro, Prime-Minister).

Apoiadores de Netanyahu também se fizeram presentes com cartazes como: “Netanyahu, você nunca marchará sozinho”.

Entre os manifestantes e a entrada na sala do tribunal, ele ameaçou, dirigindo-se aos juizes: “Eu já cuidei da polícia, da procuradoria e do procurador-geral, exatamente agora vocês são os próximos da fila”.

A procuradora-geral, Liat Ben Ari, chega à sala das sessões do Tribunal cercada por seguranças – foto Ohad Zwigenberg – Haaretz

De fato, durante o período que se seguiu a seu indiciamento e até o dia da abertura do seu processo, Netanyahu usou quase todo o tempo de seus pronunciamentos para acusar a polícia e a procuradoria-geral.



Faixa alusiva a Netanyahu: “Ministro do Crime”

Mostrando que seu desejo é encabeçar um governo de foras-da-lei, ele preferiu, ao invés de apresentar provas contra seu indiciamento, afirmar que as acusações são “ridículas” e “corrompidas desde o primeiro dia”.

Declarou ainda que: “Pessoas da polícia e da procuradoria junto com jornalistas de esquerda têm fabricado acusações ridículas, casos bizarros contra mim”.

Disse isso e passou a atacar nominalmente o procurador-geral, Avichai Mendelblit, o ex-comissário de polícia, Roni Alsheich e o jornalista da TV israelense, Raviv Drucker.

Nas noites que antecederam a abertura do julgamento, apoiadores de Netanyahu, como que a seguir suas instruções de ataque aberto, fizeram incessantes ligações para o telefone da residência do procurador-geral com ameaças do tipo: “Não se esqueça de que você é vulnerável...chegaremos também a seus filhos”.

Minutos antes do início da sessão, o procurador afir-

mou em entrevista televisivada: “Este julgamento será tratado da mesma forma como qualquer outro – profissionalmente e dentro do interior da sala do Tribunal apenas. Agiremos sem medo, mesmo diante das tentativas de atribuição de motivos posteriores às agências encarregadas de fazer cumprir a lei, uma tentativa que deve ser rejeitada a todo custo”.

A corte, encabeçada pela juíza Rivka Friedman-Feldman e composta pelos juizes Oded Shaham e Moshe Bar-Am rejeitou o pedido de um dos advogados de Netanyahu de que a próxima sessão fosse marcada para março do ano que vem “para permitir que a equipe da defesa pudesse revisar todo o material investigativo e se preparar para o julgamento”. A nova sessão está marcada para 19 de julho.

Também intensamente ameaçada pelos elementos ligados a Netanyahu a procuradora que representou o procurador Avichai Mendelblit na abertura do julgamento, Liat Ben Ari, chegou ao prédio do Tribunal cercada por seguranças.

NATHANIEL BRAIA

União Europeia, China e Rússia dão apoio à proposta da Organização Mundial da Saúde e isolam postura de Trump contra entidade

Realizada sob a pior pandemia em um século, que já infectou quase 5 milhões de pessoas e matou mais de 320 mil, a 73ª Assembleia Mundial da Saúde, realizada nos dias 18-19 de maio com 194 países por videoconferência, reiterou o papel da Organização Mundial da Saúde (OMS) na coordenação do combate à Covid-19, decidiu pela intensificação da cooperação e aprovou o acesso equitativo e distribuição justa de todos os remédios e tratamentos contra o coronavírus.

Incluiu o direito de quebra de patente das vacinas em desenvolvimento, que vários líderes, como o presidente chinês Xi Jinping e o presidente francês Emmanuel Macron, já apontaram que deve se tornar um “bem público mundial”.

Apresentada pela União Europeia, com respaldo da China, Rússia e mais uma centena de países, a resolução significou o repúdio ao acintoso ultimato de Trump à OMS para que se alinhasse à sua campanha de reeleição, em que busca fazer a China de bode expiatório.

Tentativa cínica de esconder a criminoso incompetência e obscurantismo de seu governo, que levou os EUA, país com 4% da população mundial, a ter quase um terço dos casos no mundo inteiro e 29% dos mortos.

Logo Trump que, em fevereiro, quando a China travava uma luta de vida ou morte contra a pandemia, nos comícios nos EUA dizia que a Covid-19 era como “uma gripe comum” e desapareceria “com o calor da primavera”, e que estava “sob controle”.

Em carta tornada pública por Trump pelo Twitter, ele dava “30 dias” para a OMS se submeter, ou tornaria “permanente” o atual congelamento de sua parte no financiamento do órgão mundial de saúde, ou, até, a retirada dos EUA.

O ultimato foi respondido pelo secretário geral da ONU, Antonio Guterres, que disse que a OMS “era insubstituível”.

Ele advertiu que a pandemia agora ameaça os países mais pobres, de sistemas de saúde mais frágeis, onde a assistência da OMS é ainda mais imprescindível e o impacto da Covid-19 pode ser “mais devastador”.

TRUMP FALANDO SÓ

Ao final, a resolução da Assembleia Mundial da OMS acabou aprovada por consenso, com Washington resmungando sobre a quebra de patentes [“mensagem errada aos inovadores”] – o que só expressa o isolamento a que Trump levou os EUA no principal fórum de saúde mundial em pleno quadro de pandemia. Situação resumida numa chamada de capa pelo New York Times: “A China contra-ataca, em palavras e promessas de ajuda, enquanto a América fica sozinha”.

LICENCIAMENTO

A resolução aprovada na OMS que causou urticária na Casa Branca cita cláusula da Declaração de Doha da OMC, de 2001, já utilizada na luta contra o HIV, e que permite que os países pobres e em desenvolvimento façam o chamado licenciamento compulsório de vacinas e remédios em emergência de saúde.

A definição da vacina, assim que estiver disponível, como um “bem público mundial”, tem precedentes, como quando da vacina contra a poliomielite do Dr. Jonas Salk, um norte-americano, que jamais a patenteou, para que pudesse estar acessível a todos.

E atribuída a ele a frase: “A quem pertence a minha vacina? Ao povo! Você pode patentear o sol?”

Como salientou a presidente da Comissão Europeia

(órgão executivo da União Europeia), Ursula von der Leyen, “a vacina contra o coronavírus não pode ser um luxo acessível apenas a uns poucos escolhidos”.

O que reforça declarações anteriores de Berlim e Paris, quando houve manobras, de parte do governo Trump, para acintosamente monopolizar vacinas em teste, para que os EUA tivessem a primazia em seu uso.

REVISÃO OPORTUNA

A Assembleia Mundial da OMS, além de aprovar a intensificação do combate à Covid-19 e da cooperação, também decidiu que será realizada uma revisão, no momento oportuno, dos procedimentos da OMS e de todas as partes no enfrentamento da pandemia, e sobre origem do vírus, que será feita de forma independente, imparcial e sob as normas da ciência.

Trump pretendia que a OMS desviasse seus esforços para lhe dar um pretexto para fugir da cobrança sobre sua atuação calamitosa diante da pandemia. Por algum motivo, segundo as pesquisas, 49 de 50 governadores são melhores avaliados do que Trump neste quesito.

Sem se referir ao nome de Trump, a presidente da Comissão Europeia, von der Leyen, sublinhou que “em um momento como este, o maior ato de coragem é agir em equipe”.

Também a China deu outro tipo de resposta a Trump, ao anunciar US\$ 2 bilhões no período de dois anos para o combate à Covid-19, que é, anualmente, o dobro do corte de verba à OMS determinado pelo presidente norte-americano.

ALARME SOUO CEDO

Às mentiras da Casa Branca, o diretor-geral Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus retrucou que a OMS “soou o alarme cedo e o tocamos com frequência”. Ele lembrou que, quando a OMS declarou emergência mundial de saúde pública em 30 de janeiro, o seu mais alto nível de alerta, na época havia “menos de 100 casos confirmados fora da China e nenhuma morte”.

Ele enfatizou que o mundo “não precisa de outro plano, outro comitê ou outra organização” para a Saúde. Precisa consolidar, operar e financiar os sistemas e organizações que existem, incluindo a OMS. “Essa é a questão: apoiar, financiar e fazer a OMS funcionar”.

SAÚDE PÚBLICA

“Mais do que nunca, a pandemia ilustra as razões pelas quais os investimentos em saúde devem estar no centro do desenvolvimento. Insisto: mais do que nunca, a pandemia ilustra as razões pelas quais os investimentos em saúde devem estar no centro do desenvolvimento”, disse Tedros.

“Aprendemos da maneira mais difícil que a saúde não é um luxo, mas uma necessidade. É uma necessidade. A saúde não é uma recompensa pelo desenvolvimento, é um pré-requisito”.

Ele acrescentou que “saúde não é um custo, mas um investimento”, é o caminho “para a segurança, prosperidade e paz”. Tedros relembrou quando, “quarenta anos atrás, as nações do mundo se uniram sob a bandeira da OMS para se libertar do flagelo da varíola”. Eles mostraram que “quando a solidariedade triunfa sobre a ideologia, tudo é possível”.

No encerramento, o diretor-geral da OMS frisou que a Covid-19 “nos roubou pessoas que amamos. Ela nos roubou vidas e meios de subsistência; abalou as fundações do nosso mundo; ameaça rasgar o tecido da cooperação internacional”.

“Mas também nos lembrou que, acima de todas as nossas diferenças, somos a humanidade e somos mais fortes juntos”.

ANTONIO PIMENTA

Jornal Le Monde e a revista New Yorker estampam “irresponsabilidade” e “voo às escuras” de Bolsonaro

Um dos principais jornais franceses, Le Monde, dedicou ao presidente Jair Bolsonaro um editorial em que adverte sobre o risco de que arraste o Brasil para um “perigoso voo às escuras” em meio à pandemia.

“Sem dúvida, há algo de podre no reino do Brasil, onde o presidente, Jair Bolsonaro, consegue dizer, sem pestanejar, que o coronavírus é uma “gripezinha” ou uma “histeria” nascida da “imaginação” da mídia, registra o jornal em sua edição de terça-feira (19).

Algo de podre – sublinha Le Monde – “quando ele vai ao encontro de aglomerações de seus partidários, incita as autoridades locais a eliminarem as restrições e afirma que a epidemia ‘está começando a desaparecer’, enquanto os cemitérios do país registram um número recorde de enterros”.

Como se não bastasse, há ainda seu ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, o do ‘comunavírus’, que alega que “a pandemia é o resultado de uma conspiração comunista”.

Ou quando “justamente no dia em que o país atingiu 240.000 casos confirmados e mais de 16.000 mortos” o mi-



Capa do Le Monde: “Brasil: Bolsonaro ignora catástrofe”

nistro da Saúde Nelson Teich renuncia em 15 de maio, quatro semanas após sua nomeação para esta pasta crucial, por ‘diferenças de opinião’ com Bolsonaro.

Já a prestigiada revista norte-americana, The New Yorker, destaca: “A medida que as taxas de infecção e mortalidade no Brasil sobem, o presidente Jair Bolsonaro está se comportando com absoluta e determinada irresponsabilidade”.

Em seu artigo, de Jon Lee Anderson, afirma que “o coronavírus atinge o Brasil com força, mas Jair Bolsonaro não se arrepende”.

“Desde o início da pandemia, ele disse que a Covid-19

Pandemia assola o Equador: morticínio e impagáveis contas cobradas em dólares

Em meio à crescente pandemia e ao superaquecimento de equipamentos médicos, o Equador totaliza nesta quarta-feira cerca de 3.000 mortos e 35 mil infectados pelo novo coronavírus dando a conhecer relatos contundentes do real significado do descaso neoliberal pela vida.

O governo de L. Moreno admite outros 1.800 óbitos como “provavelmente” da Covid-19, embora não sejam oficializados, e a tensão se agrava com entidades de médicos e enfermeiros denunciando a crescente corrupção e os sucessivos cortes realizados no orçamento da Saúde.

Além do óbito e uma impagável conta de US\$ 51.000 (cinquenta e um mil dólares!), famílias como a de Lourdes Rosales relatam sua agonia por ter ficado um mês numa clínica privada de Guayaquil, centro equa-

toriano da pandemia, onde precisou ser abrigada diante do saturado sistema público de saúde.

Como se já não bastasse a herança da dor da mãe Lourdes falecida no dia 21 de abril, Gustavo Ycaza, de 26 anos, universitário e bancário, acaba sendo agredido até mesmo na hora do enterro: “Disseram que não me dariam o corpo de minha mãe até que eu pagasse a conta. Imagine, depois de tanta dor, te dizem isso”.

Conforme relatou Gustavo, em entrevista à AFP, o corpo só pode ser levado embora depois que tivesse assinado uma nota promissória de US\$ 29.000, com vencimento para setembro. “Eu não sei onde vou conseguir esse dinheiro, porque o salário que entra é para pagar os cartões quebrados”, desabafou.

Leia matéria na íntegra em: www.horadapovo.com.br

China: Assembleia Popular afirma vitória sobre Covid-19

A China se enfrenta com desafios econômicos “imensos” no processo em que emerge da pandemia do novo coronavírus, afirmou o primeiro ministro, Li Keqiang, na abertura da 3ª sessão anual da Assembleia Popular Nacional, na sexta-feira (22), em Pequim.

Com o objetivo de superar a crise, o país colocou no centro do seu plano de trabalho para o próximo período a luta contra a pobreza e a manutenção dos empregos. Este ano, devem se criar nove milhões de empregos. E a taxa de desemprego deve manter-se em torno de 5,3%.

Nas metas elencadas no relatório apresentado no ato, o governo chinês definiu “estabilizações” e “garantias” prioritárias para este ano que envolvem finanças, investimentos, garantia de empregos, bem-estar fundamental, segurança alimentar e energética, cadeias industriais, entre outras questões. E frisa a necessidade de melhorar significativamente as capacidades de prevenção e controle da epidemia, prevenir e travar a ocorrência de uma segunda vaga.

O PIB em 2019 atingiu os 99,1 trilhões de yuans [aproximadamente 77 trilhões de reais] – um aumento de 6,1%. Porém, segundo o informe, pela primeira vez em muitos anos, as autoridades da China não estabeleceram objetivos de crescimento anual do PIB.

O primeiro ministro também destacou a ajuda às pequenas e médias empresas, assim como aos trabalhadores autônomos, afetados pela epidemia. Li Keqiang determinou que os bancos aumentassem os empréstimos às pequenas e médias empresas em 40%.

A seguir o artigo Pontos-chaves do relatório de trabalho do governo publicado pelo Diário do Povo.

Na abertura da 3ª sessão anual da 13ª Assembleia Popular Nacional, na sexta-feira (22), o primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, procedeu à enunciação do relatório de trabalho do governo.

Retrospectiva dos trabalhos de 2019 e dos primeiros meses de 2020

A atividade econômica do país encontra-se estável. O PIB em 2019 atingiu os 99,1 trilhões de yuans [aproximadamente 77 trilhões de reais] – um aumento de 6,1%. Foram contabilizados 13,52 milhões de novos empregos em cidades e vilas, e uma taxa de desemprego abaixo dos 5,3%. Os preços ao consumidor aumentaram em 2,9%. O balanço de pagamentos permaneceu equilibrado.

A indústria de manufatura avançada e o setor de serviços apresentaram um franco crescimento. A produção de cereais manteve-se acima dos 650 milhões de toneladas. A taxa de residentes urbanos permanentes superou, pela primeira vez, os 60%, em consequência de um conjunto de estratégias e medidas regionais aplicadas.

A epidemia foi celeremente controlada e as necessidades básicas da população foram garantidas.

O nível de vida das populações melhorou. A margem de consumo do rendimento per capita dos chineses excedeu os 30,000 yuans [23.000 reais].

Várias deficiências foram expostas no gerenciamento de emergências da saúde pública.

Principais metas para 2020

Devido às incertezas da pandemia e comércio internacional, não serão definidas metas de crescimento econômico para este ano, de modo a que o governo chinês possa empenhar-se nas “seis estabilizações” e nas “seis garantias” – os trabalhos prioritários deste ano. Com as “seis garantias”, a base da economia poderá ser estabilizada e a consolidação de uma sociedade modestamente confortável poderá ser atingida.

As “seis estabilizações” englobam: empregabilidade, finanças, comércio externo, capitais estrangeiros, investimento e expectativas do mercado.

As “seis garantias” referem-se à garantia de empregos, bem-estar fundamental, mercado, segurança alimentar e energética, cadeias industriais e de fornecimento, e funcionamento de unidades básicas.

Criar mais de 9 milhões de novos empregos urbanos e uma taxa de desemprego urbano contida na ordem dos 6%.

Retirar da pobreza todos os residentes rurais e municipais que vivam em condições de indigência.

Principais trabalhos em 2020

Prosseguir uma política fiscal mais pró-ativa e interventiva.

Adotar uma política monetária prudente, mais flexível e pertinente.

Formular o 14º Plano Quinquenal (2021-2025)

Combate à epidemia: melhorar significativamente as capacidades de prevenção e controle da epidemia, prevenir e travar a ocorrência de uma segunda vaga. Implementar um pacote de políticas de apoio ao desenvolvimento da província de Hubei.

Finanças: o déficit para este ano será estabelecido acima de 3,6%, com um aumento de 1 trilhão de yuans [775 bilhões de reais] em termos homólogos. A China irá emitir 1 trilhão de yuans em dívida pública para a luta contra a pandemia.

Corte impostos e taxas: haverá um corte superior a 2,5 trilhões de yuans [1,94 trilhões de reais] para as empresas ao longo do ano.

Empregabilidade: eliminar restrições infundadas no acesso ao emprego. Adotar todas as medidas possíveis para facilitar o acesso ao mercado de trabalho.

Inovação: promover uma nova senda abrangente de reformas no setor da inovação.

Consumo: apoiar o setor do comércio eletrônico, fomentar o consumo e melhorar os serviços de entregas em áreas rurais. Universalizar o acesso ao 5G.

Investimento: emissão de 3,75 trilhões de yuans [2,9 trilhões de reais] em títulos de dívida de governos locais. Alocação de 600 bilhões de yuans [465 bilhões de reais] do orçamento do governo central para investimento.

Financiamento: os grandes bancos comerciais deverão agilizar em mais de 40% a emissão de empréstimos financeiros às micro e pequenas empresas.

Eradicação da pobreza: prosseguir com o esforço nacional de erradicação da pobreza.

Agricultura: a área de terras cultivadas de padrão elevado será aumentada em 5,33 milhões de hectares.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

Donald Trump proíbe entrada de brasileiros nos Estados Unidos



Norma de exceção de Washington em relação ao Brasil começa a valer no dia 29

Unicef denuncia EUA por expulsar crianças de famílias imigrantes

A Unicef, Fundo das Nações Unidas para a Infância, denunciou na quinta-feira (21), que os Estados Unidos expulsaram em dois meses pelo menos mil crianças de famílias de imigrantes – que são parte importante da mão de obra do país – para o México, El Salvador, Guatemala e Honduras, mesmo sabendo que eles vão ter problemas e inclusive forte discriminação por conta das suspeitas de que estariam supostamente contagiados de coronavírus.

Porém, aproveitando-se da pandemia para justificar sua política racista, a atitude do governo de Trump ignora que mais da metade dos trabalhadores da agricultura nos EUA é imigrante (tanto legais e ilegais), segundo estudo do Pew Research Center. No setor da construção civil, um quarto dos trabalhadores nasceu fora do país.

Durante muito tempo,

os menores que chegavam à fronteira dos EUA, embora de forma nada humanitária, eram alojados até que se determinasse se eles tinham um familiar dentro do país com quem pudessem ficar. Trump já separa menores de seus pais desde 2018 na tentativa de que a crueldade da medida servisse como dissuasão à imigração.

Segundo o Pew Research Center, cerca de 7,6 milhões de imigrantes trabalham sem documentos legais nos Estados Unidos, 4,6% da mão de obra do país. Os imigrantes servem principalmente no processamento de alimentos, na agricultura e em restaurantes, na construção e no cuidado de crianças.

Um estudo da Academia Nacional de Ciências revelou em 2016 que havia “poucas provas” de que os imigrantes afetassem o mercado de trabalho dos nascidos nos Estados

Unidos. Até porque recebem salários e condições de trabalho abaixo da média. A diretora executiva da UNICEF, Henrietta Fore, avaliou que a pandemia da Covid-19 está piorando ainda mais uma situação negativa, pois agora a discriminação e os ataques se somam a ameaças que já existiam antes. “Isto significa que muitas crianças que regressaram correm agora o dobro do risco e um perigo ainda maior que quando abandonaram suas comunidades”, assinalou.

As autoridades de imigração dos Estados Unidos que se ocupam da segurança e da aplicação da lei na fronteira e o Instituto Nacional de Migração do México ainda não se manifestaram sobre as colocações da organização internacional.

A UNICEF afirmou que estava fazendo esforços em toda a região para reforçar os sistemas nacionais de proteção da infância.

Chilenos erguem barricadas em protesto contra fome causada pela ausência de ajuda do governo

Centenas de moradores ergueram barricadas e saíram às ruas nesta segunda-feira na comunidade de El Bosque, no Sul de Santiago, para protestar contra a falta de alimentos resultante do descaso do governo chileno, paralisado diante do agravamento da Covid-19.

Em vez de verbas, o governo do presidente Sebastián Piñera enviou a repressão da Força Especial de Carabineros disparando gás lacrimogêneo e canhões d'água, prendendo mais de duas dezenas.

Então “Estamos passando fome” e reivindicando recursos imediatos, os manifestantes denunciaram a completa ausência do Estado, que nada faz diante do agravamento dos problemas.

O Chile está em estado de emergência desde meados de março, com um toque de recolher obrigatório a partir das 22 horas, com escolas, universidades e fronteiras fechadas, assim como a maioria das empresas não essenciais.

Diante do agravamento da situação da saúde, sem garantir emprego, salário, pensão ou aposentadoria, Piñera havia proclamado na sexta-feira quarentena obrigatória para a grande maioria dos 18 milhões de chilenos. A quarentena total ou “lockdown” afeta cerca de 8 milhões de habitantes de Santiago, capital que concentra 80% dos mais de 46.000 casos de Covid-19, que já tirou a

vida de 478 pessoas do país andino.

O desemprego e a penúria alimentar são rotina, alertaram as famílias, que não têm conseguido garantir sequer o mínimo necessário para a própria sobrevivência, o que se torna ainda mais grave quando alguém adocece.

Conforme denúncias dos moradores, e o demonstram as imagens, o que está ocorrendo em El Bosque é somente a ponta do imenso iceberg que afeta todo o Chile, que sofre com um isolamento restritivo, mas sem apoio oficial, em função da absurda desigualdade e de um governo neoliberal que usa e abusa da repressão policial.

Casa Branca deixa tratado dos “Céus Abertos”

Depois de ter retirado os Estados Unidos do Tratado de Paris do Clima, do Tratado Nuclear com o Irã e do Tratado de Proibição de Armas Nucleares Intermediárias (INF), o presidente Donald Trump anunciou na quinta-feira (21) que deixará o Tratado dos Céus Abertos (OST, na sigla em inglês), em vigor desde 2002, assinado por 34 países, que permite voos controlados de observação sobre os territórios dos países membros para garantir a confiança mútua, e que, ao lado do INF, era o esteio do afastamento do risco de guerra nuclear particularmente na Europa.

São voos desarmados, em que pessoal americano está a bordo dos voos russos sobre os EUA, enquanto pessoal russo está a bordo durante os voos norte-americanos sobre a Rússia. O

Tratado permite realizar um número determinado de voos de reconhecimento por ano, com apenas um breve aviso, para verificar as movimentações militares e as medidas de controle de armamento entre os países.

Segundo as agências de notícias, o Pentágono irá informar formalmente nesta sexta-feira à Rússia da retirada, que se completará dentro de seis meses, nos termos do tratado. No mês passado, o ministro russo das Relações Exteriores, Sergei Lavrov, já havia dito que a decisão já havia sido “tomada em Washington”.

CNN e Wall Street Journal, em outubro do ano passado, já tinham alardeado os planos de Trump de saída do OST.

A saída dos EUA do tratado pode levar a “uma nova corrida armamentis-

ta”, disse um porta-voz do secretário-geral da ONU.

Os EUA “estão eliminando um instrumento que serviu aos interesses da manutenção da paz e da segurança na Europa nos últimos 18 anos”, afirmou o vice-ministro das Relações Exteriores da Rússia, Alexander Grousco, reagindo ao anúncio de Trump.

Outro diplomata russo, Vladimir Ermakov, chefe do Departamento de Não Proliferação e Controle de Armas do Ministério das Relações Exteriores, disse que a declaração de Trump “segue a política geral do atual governo [dos EUA] de descarrilhar todos os acordos sobre controle de armas”.

Leia matéria completa em www.horadopovo.com.br

Trump falou em banir a entrada de brasileiros pela primeira vez em 28 de abril. Em termos proporcionais às populações, EUA têm 300 mortos por milhão e Brasil, 107 mortos por milhão

Donald Trump anunciou no domingo (24) que impedirá a entrada de brasileiros - e de pessoas vindas do Brasil - nos EUA, e que a norma de exceção começa a valer a partir do dia 29. Segundo o presidente, a regra adotada visaria defender os americanos do contágio do novo coronavírus.

A medida chamou especialmente a atenção por sua coincidência com a edição do New York Times, que circulou com a primeira página tomada pelos nomes de quase 100 mil norte-americanos mortos pela Covid-19, com enorme repercussão.

Os EUA são recordistas mundiais em contágios (1.639.872 casos confirmados) e em total de mortos até o domingo (97.599), de acordo com o centro de referência da Covid da Universidade Johns Hopkins. Nos próximos três ou quatro dias, poderá bater a marca fatídica, que é quase duas Guerras do Vietnã em número de norte-americanos mortos.

Com Bolsonaro se espelhando em Trump, para sabotar o distanciamento social e fazer apologia da cloroquina, e dois ministros da Saúde demitidos, o Brasil tristemente se tornou na sexta-feira (22) o segundo do mundo em número de contaminados. Registrou no domingo 363.211 casos. O total de mortos é de 22.666. Apesar da gravidade da situação, estudos indicam que, se o falido “modelo” da chamada “imunização de rebanho” tivesse prevalecido aqui, o número de vítimas fatais seria muito maior.

QUARENTENA

Comunicado da secretaria de imprensa da Casa Branca, Kayleigh McEnany, disse que “hoje [domingo] o presidente tomou a ação decisiva para proteger nosso país, ao suspender a entrada de estrangeiros que estiveram no Brasil durante um período de 14 dias antes de buscar a admissão nos Estados Unidos”.

A crescenta o comunicado que “a ação de hoje irá garantir que estrangeiros que estiveram no Brasil não se tornem uma fonte adicional de infecções em nosso país”.

Questão na qual os brasileiros pouco poderiam aportar, que o próprio Trump já não tenha feito em escala industrial com seu obscurantismo e incompetência, além de ter garantido em comícios em fevereiro que a Covid-19 era como “uma gripe comum” que “desapareceria com o calor da primavera”.

“Quase 100.000 mortes; uma perda incalculável”, afirma a manchete do New York Times.

O nome de cada uma das milhares de pessoas mortas na primeira página do jornal é acompanhado por sua idade e uma breve descrição. “Eles não eram apenas nomes em uma lista; eles eram nossos”, alerta o Times.

Horas antes de circular formalmente no domingo, a histórica capa já viralizara nas redes sociais desde sábado à tarde.

Trump até foi jogar golfe em um dos seus resorts na Flórida para esfriar a cabeça. Na terça-feira, quando o Brasil ultrapassou a marca de mil mortes diárias por Covid-19, Trump havia afirmado não querer os brasileiros “entrando e infectando nosso povo”.

Proporcionalmente ao tamanho da população, os números dos EUA são respectivamente 5.094 casos por milhão e 300 mortos por milhão. O Brasil, 1.710 casos por milhão e 107 mortos por milhão, conforme o worldometer.info.

Números que, no tocante ao Brasil, expressam a

enorme resistência de parte de governadores, prefeitos e dirigentes do Ministério da Saúde à política obscurantista e genocida de Bolsonaro.

A entrada de brasileiros ou viajantes oriundos do Brasil passa a ser proibida a partir da sexta-feira, 29. Estão isentas pessoas que residam nos EUA ou sejam casadas com um cidadão americano ou que tenha residência permanente no país. Filhos ou irmãos de americanos ou residentes permanentes também poderão entrar, desde que tenham menos de 21 anos. Membros de tripulações de companhias aéreas também estão excluídos da proibição.

Como já são muito poucos os voos atualmente entre o Brasil e Miami (o outro destino de voo ainda possível é o Texas), a medida parece ser mais voltada para agradar certa faixa de eleitorado na Flórida, que é um dos estados-pêndulo, que oscila entre republicanos e democratas.

CONTINÊNCIA

Também mostra que Trump está se lixando para Bolsonaro e seus minions, que vão sentir muita saudade de Miami. Foi na Flórida que o Messias bateu continência para a bandeira norte-americana.

Na sexta-feira, a OMS alertou que o epicentro da pandemia estava em deslocamento para a América do Sul. Em poucos dias, em número de casos o Brasil superou a Rússia (344 mil), a Grã Bretanha (260 mil), a Espanha (235 mil), Itália (229 mil) e França (182 mil).

Em número de mortos, o Brasil está atrás, além dos EUA, da Grã Bretanha (36,8 mil), da Espanha (28,7 mil) e da Itália (32,7 mil). A Rússia teve 3,5 mil mortos. A China, onde primeiro foi detectada a pandemia, teve 4.634 mortos e quase 83 mil casos. Nas últimas 24 horas, não registrou qualquer novo caso.

Trump falou em banir a entrada de viajantes do Brasil pela primeira vez em 28 de abril, quando disse que acompanhava “de perto” o que chamou de “surto sério” de novo coronavírus no Brasil.

“O Brasil tem um surto sério, como vocês sabem. Eles também foram em outra direção que outros países da América do Sul, se você olhar os dados, vai ver o que aconteceu infelizmente com o Brasil”, disse Trump naquele dia.

ARMAS PESADAS

Nos EUA, onde Trump forçou uma reabertura da economia apelando para fanáticos de bandeiras confederadas, armas de grosso calibre, bonés “America First” e até suásticas, tuitando coisas como “libertem Michigan”, é grande o temor de uma segunda onda, que teria um resultado ainda mais nefasto sobre a economia.

O principal infectologista dos EUA, Dr. Anthony Fauci tem advertido repetidamente sobre o acodamento na hora de reabrir. Os governadores e prefeitos resistiram bravamente, conseguindo em Nova Iorque conter a pandemia, mas fora dali os contágios estão sem controle.

Agora, quase todos os estados norte-americanos reabriram em algum nível, com casos tão folclóricos, se não fossem trágicos, quanto liberar estúdios de tatuagem e boliches.

As próprias normas mínimas estabelecidas pela força-tarefa da Casa Branca, de que os novos casos estivessem em queda por 14 dias, foram varridas para baixo do tapete, enquanto “Reabrir a América de Novo” virou o slogan de campanha da reeleição de Trump.

A República e a formação do caráter nacional - (7)

Continuação da edição anterior

Neste trabalho, como em outros anteriores, tem sido uma decisão difícil, muitas vezes, a transcrição de textos ou discursos mais ou menos (mas nem tanto...) longos. O motivo é que nosso objetivo, aqui, é expor figuras, obras, acontecimentos, que ficaram esquecidos – e não devido ao tempo, mas aos acontecimentos das últimas décadas e sua repercussão na luta ideológica

CARLOS LOPES

Aaversão de Torres Homem pela escravidão – e sua ascendência negra e escrava – não fez com que defendesse uma política econômica que superasse a escravatura, ou que tivesse como premissa o fim da escravidão.

Entretanto, essa aversão era verdadeira. Na discussão da Lei do Ventre Livre, em 1871, quando o gabinete Rio Branco estava muito perto de ser derrotado – o presidente do Conselho foi obrigado a fazer 21 discursos, tão poucos havia dispostos a defender a proposta – foi Torres Homem quem, no Senado, respondeu a Zacarias de Góes e Vasconcellos, líder dos liberais, que tergiversava no que, na época, era chamado de “questão servil”.

Ao mesmo tempo, Zacarias argumentava que a proposta tinha origem nos liberais – especialmente, nele mesmo – e que se tratava de um projeto ruim, muito defeituoso.

Naquele momento, isso era uma conciliação – e, talvez, adesão – com os escravocratas.

Neste trabalho, como em outros anteriores, tem sido uma decisão difícil, muitas vezes, a transcrição de textos ou discursos mais ou menos (mas nem tanto...) longos. O motivo é que nosso objetivo, aqui, é expor figuras, obras, acontecimentos, que ficaram esquecidos – e não devido ao tempo, mas aos acontecimentos das últimas décadas e sua repercussão na luta ideológica.

Porém, vale a pena, leitor, conhecer este compacto do discurso de Torres Homem (a íntegra está em **Annaes do Senado do Imperio do Brasil**, 1871, volume V, p. 55 a 61). Os grifos são nossos.

Torres Homem foi à tribuna em 5 de setembro de 1871, dia seguinte ao discurso de Zacarias. Foi o mais brilhante discurso de todos, naquela discussão, pronunciado por um mulato que, apesar de todos os retratos racistas que se fizeram dele, não esquecera as suas origens:

SENADOR SALES TORRES HOMEM: – ... Senhores, depois de longo tempo de trevas e de cegueira de todos nós, chegou uma época em que a instituição da escravidão compareceu perante a consciência do povo brasileiro tal qual ela é, circundada das luzes que deviam iluminar todas as faces deste flagelo, produzindo nas ideias e sentimentos uma revolução lenta, porém que nunca interrompeu-se, que prosseguiu sempre adquirindo forças em seu caminho.

SENADOR FRANCISCO OCTAVIANO: – Apoiado.

SENADOR SALLES TORRES HOMEM: – Foi essa revolução moral que há 20 anos contribuiu eficazmente para a efetiva supressão do tráfico, o qual nem os cruzeiros, nem os recursos do primeiro poder marítimo do mundo, tinham conseguido suprimir. Essa revolução é a mesma que hoje bate às portas do parlamento, exigindo instantaneamente o complemento da obra da civilização.

Dois meios havia para per-

petuar a escravidão, disse com razão o mesmo orador a quem me refiro [Zacarias]: era o tráfico e a reprodução ou o nascimento. O poder da opinião, que destruiu o primeiro, destruirá também o segundo, porque um e outro são igualmente nefários e desumanos.

O tráfico arrancava ao longe, nos sertões africanos, em que tudo é silêncio, o filho selvagem do gentio, vítima de guerras bárbaras de que não tínhamos notícia, para o trazer ao mercado da carne de lavoura.

O outro processo não é menos atroz: espera-se nas portas da entrada da vida as criaturas novas que apraz à Providência enviar a este mundo, e aí são recrutadas para o cativo, embora nascidas no mesmo solo, junto do mesmo lar da família, em frente ao templo do mesmo Deus e no meio dos espetáculos da liberdade, que tornarão mais sensíveis a sua degradação e miséria! É a pirataria exercida à roda dos berços, nas águas da jurisdição divina e debaixo das vistas imediatas de um povo cristão!

Passarei agora, Sr. Presidente, a considerar a matéria da proposta. Ela não pode ser convenientemente compreendida e apreciada senão à luz direta dos grandes princípios que a inspiraram, das necessidades em que se funda e dos fins a que se destina. Se não tivesse outro desígnio, como assoalham seus inimigos, senão obedecer a um simples impulso sentimental e realizar um sonho dourado de filantropia, dando-nos uma atitude mais nobre em frente do mundo, então, qualquer que fosse a generosidade destes motivos, a proposta poderia parecer intempestiva e violenta em frente dos interesses que gritam, e desejariam providências de efeito mais lento e insensível.

Mas se ela tem por fim impedir a reincidência em um dos maiores atentados que mancha a espécie humana; se tem por fim restaurar a lei de Deus e da natureza no meio da nossa civilização, e destruir pela raiz o mal que tolhe as condições de seu desenvolvimento, neste caso, longe dos defeitos da precedente suposição, ela poderia talvez ser arguida de tímida e incompleta, de transigir com os interesses mal-entendidos, em preterição das exigências da justiça e dos direitos da humanidade.

Dependendo, pois, o exame da lei do de seus motivos, qual é esse mal a que ela procura dar remédio? Não devo nem quero, senhores, descrever nesta tribuna a série de transformações por que passa o escravo, que há de vir, até ser reduzido à máquina. É um triste quadro, que todos conhecem e eu deixo aos escritos dos filantropos o dizerem o como, no interesse da segurança do proprietário, se oblitera sistematicamente nele a inteligência, a imagem de Deus no homem; como se lhe suprime o livre arbítrio e embota-se-lhe a consciência, que lhe revelaria seus títulos, seus direitos e seus deveres; e como, depois de se lhe arrancar a propriedade do próprio corpo, das forças vivas que o movem e, por consequência, a dos frutos



Cathaclyisma commercial.



Resultado do dia 10 de Setembro

A crise de 1864 nas páginas do "Diabo Coxo", jornal de Luiz Gama (charge de Angelo Agostini)

de seu trabalho, ferem-se em seu coração as afeições mais caras, nega-se a família sempre dispersa ao sopro de todos os ventos, rompem-se os laços que a formam: a autoridade e o amor paternal, a dependência e piedade filial, a castidade e a ternura da mulher. Sentimentos morais, nobres instintos de felicidade, esperanças e consolações no meio das tormentas da vida, tudo desaparece nesse homem, posto fora da lei da humanidade e baixado à condição de bruto!

Mas o outro aspecto do painel não é menos deplorável; este vasto pântano da escravidão, aberto no meio da civilização, exala em todas as direções miasmas deletérios que vêm infeccionar a atmosfera social! A que ficam reduzidas as ideias da justiça e do bem, quando o sofisma atroz da escravidão as desconhece e viola na aplicação a milhares de nossos semelhantes? Qual é a base da legislação civil, qual a sua força e prestígio sem o sacramento da lei natural, de que Deus é o supremo autor? O que será da liberdade política, quando sua estátua pesa sobre os ombros do escravo? Em vez desse sentimento impessoal, generoso e grande, que nos leva a defender os direitos de todos, como culto de um princípio de origem divina, como homenagem a um dever da solidariedade entre os homens, ao contrário, torna-se sentimento egoísta, pessoal, privado do aroma da fraternidade, que o nobilita, falsa liberdade que converte a vítima da véspera em opressor do dia seguinte, liberdade material, tal como a que aspira para si só o cavalo indômito ou o índio do deserto. Aonde a instituição da escravidão existe, que lugar fica para a caridade, a filha predileta do cristianismo, que sobre ela fundou a sociedade moderna, impondo ao forte a tutela do fraco, ao rico a proteção do pobre, aos felizes da terra a responsabilidade pelo destino dos desvalidos, dos miseráveis, dos órfãos da civilização?

(...)

Numerosas representações assinadas por lavradores e seus aderentes têm sido endereçadas às câmaras legislativas, e em quase todas elas, assim como na sua imprensa descomedida, é o governo acusado de ter com imprudência e precipitação procurado extirpar o cancro social sem dar atenção à sensibilidade do enfermo imaginário, sem poupar as forças vivas que serão comprometidas pela audácia da operação; é acusado de querer a fazer tábua rasa na ordem de coisas existentes pelo simples luxo de filantropia, erguendo

um plano de regeneração sobre a ruína da principal indústria do Império.

O nobre membro a quem já me referi, depois de ter reclamado para o seu ministério a iniciativa desta reforma, não achou entretanto no seu longo discurso de ontem uma palavra, uma única palavra contra a guerra desapiadada e ferina que se lhe tem movido! Esta mudez do instinto paternal, esta indulgência para com os inimigos da sua prole assim abandonada no meio de tantos perigos, só podem ter uma explicação, e é que o illustre senador, como o espartano dos antigos dias, deseja que lhe afogue e destrua o filho por lhe ter descoberto vícios de conformação, que o tornam indigno de viver! Mas isto que ele deixou de fazer, eu tentarei fazê-lo com minha débil voz, comparando as principais medidas da proposta com as censuras que lho não são irrogadas pelos petiçãoários, cedendo às sugestões de uma facção política, que os ilude. Serei breve, Sr. presidente, porque esta questão ganha em ser exposta em termos sucintos e claros em frente do dilúvio de declamações, calculadas para obscurecê-la e confundi-la.

Proclamando a liberdade dos nascituros, a proposta os deixa entregues até a idade de 21 anos às mães dos antigos proprietários, que gozarão deles gratuitamente, como dos outros escravos, expostos ao mesmo regime, à mesma miséria da condição servil, durante este longo período da primavera da vida.

Prometeu-lhes, além disto, o pagamento, como indenização, das despesas da criação, caso eles o preferam ao usufruto dos 21 anos.

Entretanto, os proprietários atacam a liberdade dos nascituros em nome do direito da propriedade violada; relutam contra a indenização como insuficiente e ineficaz para o efeito.

Se se lhes perguntar, porém, por que o legislador, que pode reformar e alterar todas as leis, não poderia alterar a da propriedade, responderão, sem dúvida, que a propriedade é inviolável, porque se funda na lei natural, anterior à lei civil, e deriva-se de um princípio imutável de justiça, o qual consagra e mantém a cada um o fruto do próprio trabalho, princípio sem o qual o estado social seria impossível.

Eis-nos, pois, transportados à esfera do direito e da justiça, onde realmente se encontra a base racional da inviolabilidade da propriedade em geral.

Pois bem, senhores, se se provar que a propriedade da criatura humana, longe de se fundar no direito natural, é pelo contrário, a sua violação

mais monstruosa; se, em vez da justiça, se apoia unicamente na iniquidade da força, então caduca e desaparece o alegado fundamento da inviolabilidade dessa propriedade especial; e a lei, que a protegeu, reduzida a não ser mais que um erro ou um crime social, está sujeita a ser mudada, como qualquer outra, funesta aos interesses da nação.

Ora, senhor presidente, não é no seio desta augusta assembleia, onde, a par de tantas luzes e experiência, dominam os sentimentos mais elevados, que eu irei demonstrar que criaturas inteligentes, dotadas, como nós, de nobres atributos e dos mesmos destinos, não podem ser equiparados, no ponto de vista da propriedade, ao potro e ao novilho, ao fruto das árvores e aos objetos inanimados da natureza submetidos à dominação do homem. Doutrina absurda e execrável! Os seres de que se trata, não vivem ainda; a poeira de que seus corpos serão organizados, ainda flutua dispersa sobre a terra; e já o ímpio escravagista os reclama como sua propriedade, já os reivindica do domínio de Deus para o inferno da escravidão! (Muito bem!)

Ao ouvir-se os petiçãoários falarem tão alto em direito de propriedade, fica-se surpreendido de que se olvidassem tão depressa de que a máxima parte dos escravos que lavram suas terras são os descendentes desses que um tráfico desumano introduziu criminosamente neste país, com afronta das leis e dos tratados! **Esqueceram-se de que no período de 1830 a 1850 mais de um milhão de africanos foram assim entregues à lavoura**, e que para obter essa quantidade de gado humano era necessário duplicar e triplicar o numero de vítimas, alastrando-se de seu sangue, e de seus cadáveres a superfície dos mares que nos separam da terra do seu nascimento! (Muito bem!)

E quando assim foram calcadas as leis humanas de envolta com a lei divina, como se ousa invocá-las para encadear no futuro os filhos ou netos das conquistas desse comércio abominável?

Os petiçãoários também relutam à indenização, que desejariam subisse ao preço equivalente, ou ainda superior ao da cria, a que nenhuma espécie de direito têm. Qual é o motivo da indenização? As despesas da criação, diz-se.

Mas esses infelizes são amamentados por suas mães, nutridos com as migalhas dos alimentos grosseiros que elas contribuem a plantar e colher: o leite do seio materno dado ao



filho, o suor da mãe para os fazer viver e cobrir-lhes a nudez, eis o que os senhores terão de vender ao Tesouro!

Sr. presidente, lastimo que esta disposição faça parte da proposta; ela a deslustra, assim como avilta o proprietário, porque parece uma precaução contra sua barbaridade; receia-se que ele abandone as crias à miséria e à morte, se sua desumanidade não for corrigida, e contida pela sua avareza. Mas, mesmo neste caso, não seria ouro que conviria enviar a esses homens; seria o Evangelho, para que eles aí aprendessem a cumprir os deveres, sagrados da caridade para os filhos daqueles que trabalham gratuita e incessantemente, que trabalham até à morte para criar a prosperidade dos senhores e dos seus descendentes. (Apoiados.)

Mas, Sr. presidente, nem o usufruto dos 21 anos, nem essa indenização indébita e tão onerosa para o Tesouro Nacional, podem satisfazer aos adversários da reforma!

(...)

... os terrores pánicos, as prevenções exploradas pelas paixões políticas, depois de terem dado a esta questão um aspecto ameaçador, continuarão a agitar a população, até que a decisão do Senado venha pôr termo às ilusões.

Não quer isto dizer que, logo depois, os ataques e as injustiças dos interessados não continuarão contra aqueles que concorreram para esta reforma; mas teremos belas compensações: teremos a consciência de haver cumprido um árduo dever para com a humanidade e a civilização; teremos os aplausos do país.

Essas milhares de mulheres, que durante o curso de três séculos tantas vezes amaldiçoaram a hora da maternidade e blasfemaram da Providência, vendo os frutos inocentes de suas entranhas condenados ao perpétuo cativo, como se fora crime o ter nascido, levantarão agora seus braços e suas preces aos céus, invocando a bênção divina para aqueles que lhes deram a posse de si mesmas.

Estas expressões de gratidão dos pobres aflitos valem mais do que o anátema do rico impenitente, mais que os ataques dos poderosos que não souberam achar meios de prosperidade senão na ignomínia e sofrimento de seus semelhantes!

Continua no site e na próxima edição